



**ASSISTENTES
SOCIAIS
NO COMBATE
AO RACISMO**

CONJUNTO CFESS-CRESS
CAMPANHA DE GESTÃO 2017-2020

**BRASÍLIA (DF)
2020**

OLIVERO

O LIVRO


CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF) - 2020

ASSISTENTES
SOCIAIS
NO COMBATE
AO RACISMO

ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO

O LIVRO

IDEALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Comissão da Campanha de Gestão 2017-2020 do CFESS

Josiane Soares Santos, Lylia Rojas, Mauricleia Soares e Solange Moreira

Comissão de Comunicação

Lylia Rojas, Daniela Neves, Daniela Castilho e Joseane Couri

REVISÃO

Diogo Adjuto

ILUSTRAÇÕES/ARTES, PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Rafael Werkema

FOTOGRAFIAS

Assessoria de comunicação CFESS
Colaboração: Rafael Lopes e Marina Alves

ISBN

978-65-86322-02-6

TIRAGEM

2 mil exemplares

Brasília (DF) - 2020



NOSSO ENDEREÇO

SHS Quadra 6 - Bloco E - Complexo Brasil 21 - 20º Andar
CEP: 70322-915 - Brasília - DF
Tel: (61) 3223-1652 / (61) 3223-2420
E-mail: cfess@cfess.org.br | Site: www.cfess.org.br

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS
Gestão É de batalhas que se vive a vida (2017-2020)

PRESIDENTE

Josiane Soares Santos (SE)

VICE-PRESIDENTE

Daniela Neves (RN)

1ª SECRETÁRIA

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (SP)

2ª SECRETÁRIA

Daniela Möller (PR)

1ª TESOUREIRA

Cheila Queiroz (BA)

2ª TESOUREIRA

Elaine Pelaez (RJ)

CONSELHO FISCAL

Nazarela Silva do Rêgo Guimarães (BA),
Francieli Piva Borsato (MS) e Mariana Furtado Arantes (MG)

SUPLENTES

Solange da Silva Moreira (RJ)

Daniela Ribeiro Castilho (PA)

Régia Prado (CE)

Magali Régis Franz (SC)

Lylia Rojas (AL)

Mauricleia Santos (SP)

Joseane Couri (DF)

Neimy Batista da Silva (GO)

Jane Nagaoka (AM)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO7

AÇÕES DO CONJUNTO CFESS-CRESS

Ações do CFESS..... 11

Os cartazes: peças-chave25

Uma Agenda feita pelo povo preto!.....35

A exposição.....51

Ações dos CRESS 61

COMBATE AO RACISMO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

A gente enfrenta o racismo no cotidiano: combate ao racismo institucional e o exercício profissional de assistentes sociais 69

Experiências cotidianas de assistentes sociais no combate ao racismo.....87



APRESENTAÇÃO

ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO: UMA CONVOCAÇÃO À CATEGORIA PROFISSIONAL!

O material reunido nesta publicação pretende ser uma espécie de registro histórico para assistentes sociais das presentes e futuras gerações sobre uma das ações mais relevantes das gestões 2017-2020 do Conjunto CFESS-CRESS: a Campanha de Gestão **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo**.

Desde o triênio 2008-2011, o Conjunto CFESS-CRESS tem deliberado por dar centralidade a algum tema sob forma de “campanha”, de modo que o tratamento deste perpassasse as diversas ações a serem desenvolvidas ao longo de cada triênio. Os elementos de cada campanha foram variados, mas as mesmas possuem em comum a força de uma identidade visual nacionalmente utilizada, configurando-se, de fato, como uma agenda constante e unificada dos Conselhos de Serviço Social em âmbito regional e federal.

No que diz respeito à campanha **Assistentes sociais no Combate ao Racismo**, sempre dissemos que se tratava de algo muito mais forte do que uma campanha. Tratava-se de uma convocação à nossa categoria.



Aprovada no 46º Encontro Nacional CFESS-CRESS (2017), a votação que deliberou o tema dessa campanha foi um dos momentos mais emocionantes do encontro. Não havia quem ali duvidasse de sua importância e, passados esses três anos, estamos convencidas do acerto coletivo dessa deliberação.

Seu ponto de partida é incontestável: a existência e reprodução, em grande escala, do racismo estrutural no Brasil, que se expressa em muitas e diferentes dimensões. Caracterizando-se como parte das vivências associadas às expressões da “questão social” no país, o racismo precisa ser discutido, refletido e, sobretudo, combatido – nunca negado, pois negar sua existência significa aceitar a ideologia do embranquecimento, propagada pela burguesia, e desconsiderar a luta de resistência do povo negro.

Esse ponto de partida foi ganhando volume e densidade ao longo desses três anos de gestão do Conjunto CFESS-CRESS e pode ser observado em alguns dos resultados da campanha, expostos no material que apresentamos a seguir. Nele, temos três seções, em que estão detalhadas: a criação da identidade visual da campanha, desdobrada em peças gráficas e audiovisuais; as atividades políticas coordenadas pelo Conjunto CFESS-CRESS, responsáveis por ampliar a nossa articulação com as várias entidades e organizações do movimento negro existentes no Brasil; a conquista de “mentes e corações” de assistentes sociais que compartilharam, por meio de depoimentos enviados ao site, suas experiências de combate ao racismo no exercício da profissão.

Outros resultados, porém, apesar de visíveis, são de difícil dimensionamento neste momento imediatamente posterior ao encerramento da campanha, e precisarão de um pouco mais de tempo para serem mais bem sistematizados e conhecidos. Por exemplo, é certo que a campanha de gestão **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo** extrapolou as fronteiras do Conjunto CFESS-CRESS, incidindo também na agenda

política das demais entidades representativas da profissão no Brasil, ou seja, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abeps) e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso). Em função disso, inclusive, observa-se que os cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social tiveram ampliado, nesse período, o volume de produções acadêmicas, publicações, disciplinas e ações políticas relacionadas ao tema da questão étnico-racial.

Também não conseguimos, nesse imediato momento de encerramento da campanha, dimensionar o quanto essa ampliação do debate da questão étnico-racial na formação profissional vai impactar na cultura profissional e organizativa das futuras gerações de assistentes sociais brasileiros/as, consolidando as práticas antirracistas vinculadas ao trabalho profissional. Entretanto, não temos dúvida de que, no futuro, como agora, a classe trabalhadora no Brasil continuará tendo cor e reconhecer esse fato, por meio de suas expressões no racismo institucional, requer da categoria que a dimensão racial das demandas associadas aos serviços que prestamos seja visibilizada.

Ao longo dos últimos quarenta anos que se seguiram ao “Congresso da Virada”, assistentes sociais brasileiros/as têm sido incansáveis na afirmação do seu compromisso com um projeto societário emancipador. Por meio das entidades do Conjunto CFESS-CRESS, temos contribuído para deixar nítidas algumas mediações desse compromisso, imediatamente relacionadas ao trabalho profissional, como é o caso do combate ao preconceito em todas as suas expressões.

Sabemos hoje que a diversidade humana é um componente imprescindível de qualquer projeto que se pretenda emancipatório e requer enfrentamento firme ao machismo, à LGBTfobia, à xenofobia e outras formas de preconceito que necessariamente incluem o racismo como componente estrutural da exploração capitalista. Essas são apenas al-

gumas das muitas lições da campanha **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo**, das quais damos mostra nessa publicação. Esperamos que ela seja, portanto, não somente um registro histórico de nossas ações do triênio 2017-2020, mas, sobretudo, uma constante fonte de pesquisa e inspiração para enegrecer nossas convicções anticapitalistas.

“Houve um tempo em que lugar de negro era na senzala.

Hoje, trancam a gente na favela.

No Canindé, como em qualquer outra,

as bocas estão sempre famintas.

**(Trecho do livro “Quarto de despejo”
da escritora negra Carolina Maria de Jesus)**

AÇÕES DO CONJUNTO CFESS-CRESS¹

AÇÕES DO CFESS

A campanha de gestão **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo** foi aprovada em setembro de 2017 e gerou grande expectativa em toda a categoria de assistentes sociais do Brasil, tendo algumas de suas ações planejadas pelos CRESS imediatamente após a plenária final do 46º Encontro Nacional CFESS-CRESS (DF).

Sua execução conta com atividades já desde as comemorações do Dia do/a Assistente Social, em maio de 2018. Porém foi em agosto deste mesmo ano, em Fortaleza (CE), que o CFESS realizou a primeira ação oficial da campanha: seu pré-lançamento, durante o 2º Seminário Nacional sobre o Trabalho de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.

Para que isso pudesse acontecer, foi instituída, no âmbito do CFESS, uma comissão específica para coordenar a Campanha de Gestão. Coube a essa comissão, em conjunto com a assessoria de comunicação do CFESS, formular um projeto para a campanha, que estabeleceu objetivos e

1 - Texto de autoria da Comissão da Campanha de Gestão 2017-2020 do CFESS, composta por Josiane Soares Santos, Lylia Rojas, Mauricleia Soares e Solange Moreira



O cartaz de lançamento (2018) apresentou o selo da campanha, usado em todas as peças produzidas. O selo é um punho cerrado negro, inspirado no gesto fortemente identificado no período à saudação black power, usada pelos Panteras Negras, com uma mapa da África na palma da mão. Abaixo, pessoas negras em volta do punho, valorizando a cultura, as religiões de matriz africana, a resistência e a luta.





Pré-lançamento da campanha, em Fortaleza (CE), em 2018

atividades a serem desenvolvidas – dentre as quais a sua identidade visual – e submetê-lo à aprovação do Conselho Pleno do CFESS. Nesse âmbito, foram criadas as peças gráficas que possibilitaram a unidade nacional da campanha em todos os estados brasileiros, sendo marcada por um selo (imagem), 9 cartazes, 8 vídeos, 3 spots para rádio.

Nos cartazes e vídeos produzidos, demos centralidade a algumas das expressões do racismo presentes no cotidiano profissional. A ideia foi visibilizar imagens ilustrativas do racismo, especialmente no ambiente institucional da execução das políticas e serviços sociais, associando-as a alguns dados, para provocar reflexões sobre o papel dos/as assistentes sociais em seu enfrentamento.

Desse modo, durante o pré-lançamento da campanha no 2º Seminário Nacional sobre o Trabalho de Assistentes Sociais na Política de Assistência

Social – organizado em conjunto com o CRESS 3ª Região (CE) – foi exibido um vídeo com apresentação da identidade visual projetada e seu primeiro cartaz (imagem), distribuído às/aos participantes do evento.

O lançamento oficial da campanha, não por acaso, foi programado para o mês da consciência negra – dias 19 e 20 de Novembro de 2018 no Rio de (RJ) – e organizado pelo CFESS, juntamente com o CRESS 7ª Região (RJ).

No dia 19 de Novembro, realizamos um ato público na Cinelândia (centro da cidade do Rio de Janeiro), que contou com presença de profissionais de Serviço Social, representantes de alguns conselhos regionais, da Abepss, da Enesso, mas também, e fundamentalmente, do movimento negro e de organizações de valorização da cultura e religião de matriz africana.

O objetivo foi atingir a categoria e a população usuária dos serviços e políticas sociais com as quais trabalhamos. Na programação, além de panfletarmos, dialogando individualmente com a população e distribuindo mais de 3 mil bottons da campanha de gestão, houve música ao vivo, aula pública, oficina de turbantes e “microfone aberto” para a fala das entidades que se fizeram presentes. O lançamento apresentou dois novos cartazes e vídeos da campanha e tornou público o site oficial: <http://servicosocialcontraracismo.com.br/acoes-cfess-cress-brasil/>

Esse espaço, que passou a concentrar todas as peças produzidas, se constituiu como um canal de interatividade entre o CFESS, os CRESS e o conjunto da categoria, e permanece no ar após o encerramento oficial da campanha. Pelo site, é possível acessar as peças temáticas, os depoimentos de profissionais com ações desenvolvidas de combate ao racismo e também as ações realizadas pelo Conselho Federal e Regionais de Serviço Social.

No segundo dia da programação (20 de novembro de 2018), o CFESS esteve junto com o CRESS-RJ e diversas entidades do movimento negro,



O site da campanha é acessado pelo endereço www.servicosocialcontraracismo.com.br

construindo dois atos no Rio de Janeiro: a “marcha da periferia” (em Madureira) e a “lavagem da estátua de Zumbi” (na Avenida Presidente Vargas).

Nesse momento, a campanha **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo** foi saudada entusiasticamente por esses coletivos que, há décadas, protagonizam enfrentamento do racismo no Brasil, deixando nítido que os Conselhos de Serviço Social devem ser considerados seus parceiros políticos nessas lutas. Ações similares ocorreram nos estados, protagonizadas pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (seção 1.2) e podemos dizer que possibilitaram maior articulação orgânica de nossas entidades com o movimento negro organizado.



O lançamento oficial da campanha contou com panfletagem e diálogo com a população



Tenda montada na Cinelândia, centro do Rio (RJ), para lançamento da campanha



Lavagem do busto de Zumbi dos Palmares



A articulação com diversos movimentos negros marcou a campanha



Foto: Marina Alves

CFESS participou do 2º Encontro Nacional de Mulheres Negras em Goiânia (GO)

Outra ação do CFESS que refletiu essa articulação foi a participação da conselheira Solange Moreira na organização do movimento de mulheres negras do Rio de Janeiro, resultando na sua eleição como delegada para o 2º Encontro Nacional de Mulheres Negras.

Esse encontro ocorreu em Goiânia (GO) de 6 a 8 de dezembro de 2018, depois de cerca de 30 anos da sua primeira edição, representando um marco histórico importante para o fortalecimento da organização de mulheres negras e suas pautas, que possuem intenso diálogo com o recrudescimento da violência praticada pelo Estado penal sobre a juventude negra.

Durante o ano de 2018, estivemos, também como comissão da Campanha de Gestão, presentes a alguns eventos dentro e fora do Serviço Social, falando sobre as ações desenvolvidas, a exemplo da participação na mesa redonda do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social



Homenagem às danças de matrizes africanas, na Cinelândia, centro do Rio (RJ)

(Enpress), realizado em Vitória (ES), de 3 a 8 de dezembro de 2018. Na ocasião, aproveitamos para registrar o lançamento da Agenda Assistente Social 2019, cujo tema foi **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo**.

Tendo sido coordenada por conselheiras da comissão da Campanha de Gestão, essa agenda foi coletivamente elaborada por assistentes sociais que se forjaram como intelectuais e militantes do movimento negro, possibilitando divulgar suas contribuições a esse debate dentro da profissão e na sociedade. Foram distribuídos 12 mil exemplares dessa agenda, que trouxe, nas divisórias de cada um dos meses do ano, 12 textos problematizando expressões do racismo e a necessidade de seu enfrentamento, por meio do trabalho profissional de assistentes sociais no Brasil, além de pílulas para reflexão diária, dicas de filmes e músicas relacionadas à temática, espalhadas ao longo das suas páginas.



Arte do 2º Seminário Nacional de Serviço Social e Direitos Humanos em Salvador (BA), em 2019

No ano de 2019, destacam-se três atividades da campanha, coordenadas pelo CFESS. A produção do cartaz e tema para as comemorações do Dia do/a Assistente Social; o 2º Seminário Nacional Serviço Social e Direitos Humanos, com a centralidade da temática étnico-racial e a exposição da campanha de gestão, realizada durante do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS).

O tema para as comemorações do Dia do/a Assistente Social e suas peças gráficas deram destaque ao que foi deliberado no 47º Encontro



Manifestos do Dia da Consciência Negra reforçaram a campanha nacional

Nacional CFESS-CRESS e alertou: “Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro”.

A mensagem chamou atenção para a maior vulnerabilidade social do segmento de mulheres negras no interior da população afetada pela agenda ultraneoliberal em curso no país, possibilitando que nossos debates, durante as programações desenvolvidas pelos Conselhos Regionais, dessem centralidade à dimensão racial da reprodução da desigualdade social no Brasil.

Nos dias 8 e 9 de agosto de 2019, o CFESS promoveu, juntamente com o CRESS 5ª Região (BA), o 2º Seminário Nacional Serviço Social e Direitos Humanos, com centralidade da temática étnico-racial.

O evento e suas diretrizes temáticas materializaram o cumprimento da deliberação 5 do eixo “Ética e Direitos humanos” do 46º Encontro Nacional



Outras peças foram criadas no decorrer da campanha para denunciar o racismo cotidiano. O card em destaque abordou a morte do músico Evaldo Rosa e do catador de material reciclado Luciano Macedo, em 2019, como resultado do racismo institucional

desenvolvidas pela campanha, mas também uma série de provocações visuais, por meio dos totens que chamavam atenção para aspectos históricos e contemporâneos do racismo no Brasil, inclusive como política de Estado. Além das instalações, a exposição contou com material audiovisual e interação com o público, por meio da distribuição de bottons da campanha de gestão e cartazes. Seu impacto, para quem foi visitá-la, foi registrado em matéria publicada pelo CFESS na cobertura do evento e pode ser conferido no link: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1635>.

Por falar em publicações no site, a campanha de gestão **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo** esteve permanentemente na agenda da

CFESS-CRESS, registrando participação de cerca de 700 pessoas. Em sua programação, o seminário contou com três mesas temáticas e uma plenária de debates, mobilizada por meio de uma peça teatral, além de esquetes e outras expressões da cultura negra, que perpassaram os dois dias de sua realização na cidade mais negra do Brasil.

A exposição da campanha de gestão foi realizada entre os dias 30 de outubro e 3 de Novembro, durante o 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), na cidade de Brasília (DF).

Por meio dela, oferecemos ao público de quase 5 mil congressistas não só uma síntese das ações de-



Leitura da Carta de Porto Alegre (2018)

nossa comunicação em 21 matérias, cuja reprodução também se fez por meio das redes sociais do CFESS. Entre essas, cabe destacar a Carta de Porto Alegre, aprovada no 47º Encontro Nacional CFES-CRESS, e três edições do informativo “CFESS Manifesta” da gestão 2017-2020, no Dia da Consciência Negra de 2017, 2018 e 2019.

Chamamos atenção para o CFESS Manifesta de 2019, escrito pela assistente social Liliane Caetano, tratando da interseccionalidade da pauta racial com outras formas de discriminação, em especial a homofobia.

A identidade visual da campanha e suas peças foram utilizadas das mais diversas formas, para promover di-



A Carta de Porto Alegre, resultado do 47º Encontro Nacional CFESS-CRESS de 2018, é outro importante documento que marca o posicionamento da categoria no combate ao racismo

álogos, reflexões, ações que envolveram centenas de conselheiros/as e trabalhadores/as do Conjunto CFESS-CRESS e milhares de assistentes sociais, extrapolando inclusive as fronteiras da categoria. Como veremos a seguir, visitar os relatos e as ações do Conjunto CFESS-CRESS é mergulhar na diversidade de debates e instrumentos, que demonstram a potencialidade mobilizadora dessa pauta Brasil afora.

A campanha do triênio 2017-2020, **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo**, cumpriu, assim, com o objetivo de ampliar a presença do debate sobre racismo na profissão, mas, principalmente, de instrumentalizar a categoria enquanto parte consciente da sociedade, que deve fazer seu enfrentamento. Sabendo que ainda temos muito a caminhar, registramos que um passo importante foi dado: hoje não há como negar que combater o racismo tem tudo a ver com nosso trabalho e nossas vidas. Não há como negar também que essa tarefa vai muito além dessa campanha, que se encerra em 2020, embora tenha nela o reconhecimento de uma ação estratégica no caso da categoria e das entidades do Serviço Social brasileiro.

Somos hoje, sem dúvida ou possibilidades de retroceder, parte das entidades comprometidas com as lutas antirascistas no Brasil e no mundo.
Racistas não passarão!

OS CARTAZES: PEÇAS-CHAVE

Os cartazes da campanha foram peças-chave para dar visibilidade a dados que comprovam que o racismo é um traço marcante da sociedade brasileira.

Nas expressões do racismo que a campanha destacou, existe um fator comum que é alarmante: O Estado brasileiro é racista. Como? Deixando de financiar serviços essenciais à maioria da população, atingindo sistematicamente o direito à vida de negros e negras brasileiros/as.

Com um mote criativo (slogan), uma fotografia (que simbolizava ora a violência do racismo, ora a resistência contra o racismo) e dados oficiais, que comprovam que a população negra é alvo de racismo cotidianamente, os cartazes ilustraram a campanha, gerando reflexões sobre o cotidiano nos equipamentos públicos onde atendemos a população, e debates diversos sobre as expressões do racismo.

Os temas foram definidos de acordo com a Comissão Organizadora da Campanha, que recebeu também sugestões dos CRESS e da categoria de assistentes sociais. Ao todo, foram lançados nove cartazes, incluindo o que celebrou o Dia do/a Assistente Social de 2019 e o cartaz de lançamento, que pode ser visto na página 12.



**O RACISMO NO
ACESSO AO
SANEAMENTO NO
BRASIL
(agosto/2018)**

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/ Síntese de Indicadores Sociais de 2015, o percentual de pessoas negras que vivem condições precárias de saneamento, sem acesso simultâneo a água, esgoto e coleta de lixo, é quase o dobro do de pessoas brancas. Na falta de água e na sobra de esgoto transborda racismo.



www.servicosocialcontraracismo.com.br



NA FALTA DE **ÁGUA** E NA SOBRA DE **ESGOTO** TRANSBORDA **RACISMO**

O percentual de pessoas negras que vivem condições precárias de saneamento, sem acesso simultâneo a água, esgoto e coleta de lixo, é quase o dobro do de pessoas brancas.*

*Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Síntese de Indicadores Sociais de 2015
CFESS/2018 | Criação: Comunicação/CFESS | Fotografia: Demnis/Foroia

MINHA FÉ NÃO É MOTIVO PARA A SUA VIOLÊNCIA

As denúncias envolvendo o racismo
contra religiões afro-brasileiras e de
matrizes africanas correspondem a
quase 40% dos registros.*



www.servicosocial.contraracismo.com.br



O RACISMO CONTRA AS RELIGIÕES AFRO- BRASILEIRAS E DE MATRIZES AFRICANAS (Novembro/2018)

Segundo um balanço do
Disque 100 do ano de
2017 sobre discriminação
religiosa, cerca 40% dos
registros de denúncias
envolvem racismo contra
religiões como Umbanda,
Candomblé, entre outras.
Minha fé não é motivo
para sua violência!

* Fonte: Balanço Disque 100 - 2017 - Discriminação Religiosa
CFESS/2018 | Criação: Comunicação/CFESS | Fotografia: Toninho Tavares/Agência Brasil/Fotopublicas.com

**O RACISMO CONTRA
AS MULHERES NEGRAS
(Novembro/2018)**

Segundo o Dossiê
Feminicídio: Mulheres
Negras e Violência
no Brasil, da Agência
Patrícia Galvão, de 2015,
as mulheres negras estão
entre 58,86% das vítimas
de violência doméstica;
53,6% das vítimas de
mortalidade materna;
65,9% das vítimas de
violência obstétrica;
68,8% das mulheres
mortas por agressão; e
56,8% das vítimas de
estupros. A violência e a
dor miram gênero e cor!

A VIOLÊNCIA E A DOR MIRAM GÊNERO E COR

Mulheres negras estão entre*:

- 58,86% das vítimas de violência doméstica;
- 53,6% das vítimas de mortalidade materna;
- 65,9% das vítimas de violência obstétrica;
- 68,8% das mulheres mortas por agressão;
- 56,8% das vítimas de estupros.

**ASSISTENTES SOCIAIS
NO COMBATE AO RACISMO**

CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

www.servicosocialcontraracismo.com.br

**ASSISTENTES SOCIAIS
NO COMBATE AO RACISMO**

**CONSELHO FEDERAL DE
SERVIÇO SOCIAL (CFESS)**

* Fonte: Dossiê Feminicídio - Mulheres Negras e Violência no Brasil - da Agência Patrícia Galvão (2015)
CFESS/2018 | Criação: Comunicação/CFESS | Fotografia: Fernando Frazão/Agência Brasil/Fotospublicas.com

QUE ESTADO DÁ CARTA BRANCA PRA ASSASSINAR GENTE PRETA?

75,5% das vítimas de
homicídio no Brasil são
negras, maior proporção
da última década.*



www.servicosocialcontraracismo.com.br



A POLÍTICA DE ESTADO
GENOCIDA CONTRA A
POPULAÇÃO NEGRA.
(Outubro/2018)

Dados de 2019 do Ipea e do Fórum de Segurança confirmam: 75,5% das vítimas de homicídio no Brasil são negras, maior proporção da última década. As manchetes de jornais atestam: nas periferias, todo dia, crianças e jovens negras são assassinadas. Que Estado dá carta branca pra assassinar gente preta? O brasileiro.

* Fonte: Atlas da Violência, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019). CFESS/2019 | Criação: Comunicação/CFESS | Fotografia: Agência Brasil

**O RACISMO DOS
CORTES NA POLÍTICA
DE SAÚDE
(Agosto/2019)**

De acordo com dados do Ipea (2011), quase 70% da população brasileira que depende do Sistema Único de Saúde (SUS) se autodeclara negra. Ou seja, quando a política é atacada, o corte na saúde sangra mais a pele negra!



www.servicosocialcontraracismo.com.br

**O CORTE
NA SAÚDE
SANGRA MAIS
A PELE NEGRA**

Quase 70% da população brasileira que depende do Sistema Único de Saúde (SUS) se autodeclara negra.*

* Fonte: Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (6ª Ed.) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2011. CFESS/2019 | Criação: Comunicação/CFESS | Fotografia: Renato Araújo (Agência Brasil)/Fotospublicas.com

* Fonte: Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018.
** Foto: Mafalda, disponível em <http://www.gov.br/rares-de-impressao/noticias/2013/fevereiro/populacao-negra-e-a-maior-beneficiaria-de-programas-sociais-no-brasil>
CFESS/2019 | Criação: Comunicação/CFESS | Fotografia: Rovena Rosa/Agência Brasil/Fotospublicas.com

O CORTE NAS POLÍTICAS SOCIAIS MATA DE FOME FAMILIAS PRETAS

15,2 milhões de pessoas vivem hoje em situação extrema pobreza.*
73% das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família se autodeclararam pretas.**

CFESS
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
CONSTITUÍDO POR LEI Nº 10.261/2002

www.servicosocialcontraracismo.com.br

ASSISTENTES SOCIAIS - COMBATE AO RACISMO
CONSTITUÍDO POR LEI Nº 10.261/2002

O ATAQUE À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL É RACISTA (Agosto/2019)

Em 2018, 15,2 milhões de pessoas no Brasil viviam em situação extrema pobreza, segundo o IBGE. A maior parcela da população beneficiária do Bolsa Família (73%) se autodeclara preta, de acordo com dados do extinto Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. Então são famílias pretas e pobres que estão morrendo no país, vítimas do desmantelamento das políticas sociais em curso. O corte nas políticas sociais mata de fome famílias pretas!

**SE CORTAM DIREITOS,
QUEM É PRETA
E POBRE SENTE
PRIMEIRO - DIA DO/A
ASSISTENTE SOCIAL
(Maio/2019)**

O mote criativo para as comemorações do Dia do/a Assistente Social de 2019 traz a denúncia de que são mulheres pobres e negras as que mais sofrem com a regressão de direitos, vide o projeto de 'contrarreforma' da previdência do governo. Num diálogo direto com a campanha de gestão (2017-2020), a peça gráfica reafirma o compromisso da categoria no combate ao racismo.

**SE CORTAM DIREITOS,
QUEM É PRETA E POBRE
SENTE PRIMEIRO**

**15 DE MAIO
DIA DA/O
ASSISTENTE
SOCIAL**

**a gente enfrenta
o racismo
no cotidiano**

www.cfess.org.br
www.servicosocial/contraracismo.com.br

COMBATE AO RACISMO
ASSISTENTES SOCIAIS

CFESS
CONSELHO FEDERAL DE
SERVIÇO SOCIAL

Criação: Comunicação/CFESS

CFESS/2019 | Criação: Comunicação/CFESS | Fotografias: Tânia Rego / Rovena Rosa / Fernando Frazão/Agência Brasil

* Fonte: Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais por cor, da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua 2018)/IBGE
** Fonte: Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES (2018)/Andifes
*** Fonte: Levantamento do CI a partir de microdados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2017
CFESS/2019 | Chacão: Comunicação/CFESS | Fotografia: Valtier Campanato/Agência Brasil

DO ACESSO À PERMANÊNCIA, PRETO NA EDUCAÇÃO É SINÔNIMO DE RESISTÊNCIA

Analfabetismo entre pessoas pretas/pardas é mais que o dobro do que entre as brancas.*

Pessoas pretas/pardas representam 51,2% do total de estudantes nas universidades federais, efeito direto das cotas raciais.**

Somente 16% do corpo docente das universidades é negro.***

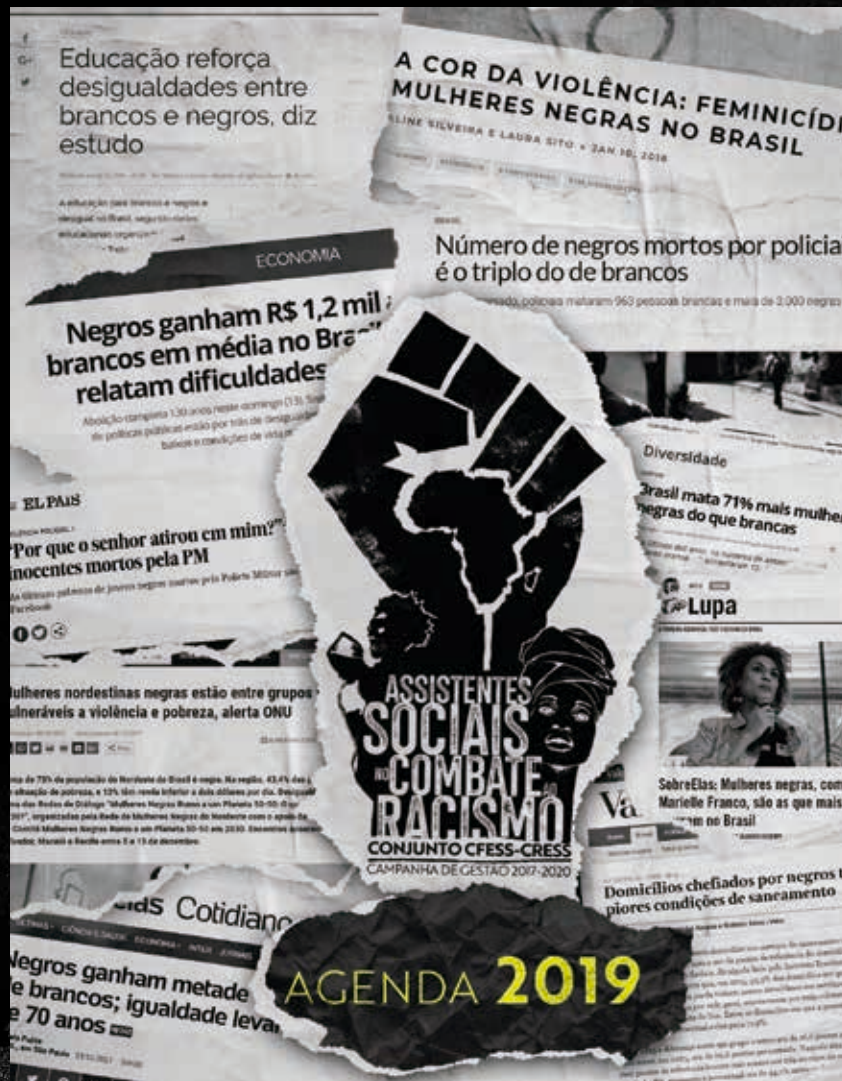
www.servicosocialcontraracismo.com.br

ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO

PRETO NA EDUCAÇÃO É RESISTÊNCIA! (Outubro/2019)

Do acesso à permanência, preto na educação é sinônimo de resistência! A taxa de analfabetismo entre pessoas pretas/pardas é mais que o dobro do que entre as brancas, segundo PNAD de 2017. Mas em 2018, um dado da Andifes revelou o resultado importante das cotas raciais: pessoas pretas/pardas representaram em 2019 51,2% do total de estudantes nas universidades federais. Entretanto, somente 16% do corpo docente das universidades é negro (Inep, 2017).

A capa da Agenda Assistente Social 2019 trouxe recortes de manchetes que denunciam o racismo no Brasil



UMA AGENDA FEITA PELO POVO PRETO!

A Agenda Assistente Social 2019 foi resultado de um trabalho coletivo de assistentes sociais negros e negras, que vêm contribuindo, ao longo dos últimos anos, para o debate da questão racial no Serviço Social brasileiro.

Nos diversos textos, espalhados ao longo da publicação, foram abordadas diferentes expressões do racismo, como as desigualdades do mercado de trabalho, a segregação socioterritorial, a situação de imigrantes, o extermínio da juventude negra, a violência praticada contra as religiões de matriz africana, a violência e objetificação dirigida às mulheres negras, o racismo institucional, entre outros.

A agenda trouxe também extratos de poesias, músicas e filmes, lembrando que o combate ao racismo se faz pela afirmação da contribuição do povo negro para a cultura brasileira.

Além das ilustrações das divisórias, que foram coloridas especialmente para este livro, republicamos também as fotografias dos/as autores/as que construíram a edição histórica da Agenda Assistente Social e trechos dos textos que elaboraram. Agradecemos a cada uma dessas pessoas pelas contribuições à campanha e lembramos que o conteúdo completo da agenda está disponível no site.



SOBRE AUTORAS

Josiane Soares Santos (à direita) é assistente social, professora da UFS e presidente do CFESS (Gestão 2017-2020)

Mauricleia Santos (à esquerda) é assistente social, professora da FMU e conselheira do CFESS (Gestão 2017-2020)



Racismo e o exercício profissional > (...) Temos compromisso ético com o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito” e a “defesa intransigente dos direitos humanos”. Desse modo, é preciso que façamos uso de todas as chances que tivermos para considerar a dimensão racial das demandas associadas aos serviços, pois sabemos que, muitas vezes, elas sequer são percebidas pelos/as usuários/as, em função da ideologia da “democracia racial brasileira”. Podemos contribuir tanto na formulação, quanto na gestão ou na execução dos serviços, com a alteração de instrumentos e rotinas de trabalho; para criar espaços que permitam refletir sobre o racismo e as desigualdades não só junto aos/às usuários/as, mas também aos/as trabalhadores/as (...).



SOBRE A AUTORA

Márcia Campos Eurico é assistente social, professora da FAPSS e pesquisadora das relações étnico-raciais



Racismo institucional > (...) O racismo institucional refere-se a todas as ações institucionalizadas que tem como objetivo explícito ou implícito a reprodução do preconceito e da discriminação contra qualquer pessoa em virtude de seu pertencimento étnico-racial. Por ser uma prática enraizada nas instituições, é importante desvelar, denunciar e coibir tais ações. Ele se expressa no acesso à escola, ao mercado de trabalho, na criação e implantação de políticas públicas que desconsideram as especificidades raciais e na reprodução de práticas discriminatórias arraigadas nas instituições. (...)



SOBRE A AUTORA

Dácia Cristina Teles Costa é assistente social da Petrobrás e foi presidente do CRESS-RJ (Gestão 2017-2020)



Objetificação do corpo da mulher negra > (...)Falar de objetificação da mulher negra é tratar de um processo de inferiorização de seus atributos físicos por meio da desqualificação de sua imagem, em comparação a um padrão estético instituído como ideal, em geral eurocêntrico, que é branco e magro. Como consequência, é frequente a depreciação de seu peso, formato de corpo e de seus atributos singulares, como o cabelo crespo e o nariz largo, que são motivos de sofrimento para inúmeras mulheres negras, com consequências danosas para a constituição de sua autoimagem, da forma como se veem e se sentem na sociedade. Essas práticas de dominação afetam muitas mulheres, resultando num processo de auto-objetificação (...).

SOBRE A AUTORA

Roseli da Fonseca Rocha é assistente social da Fiocruz. Autora do texto *Racismo*, da série "Assistente Social no Combate ao Preconceito", do CFESS



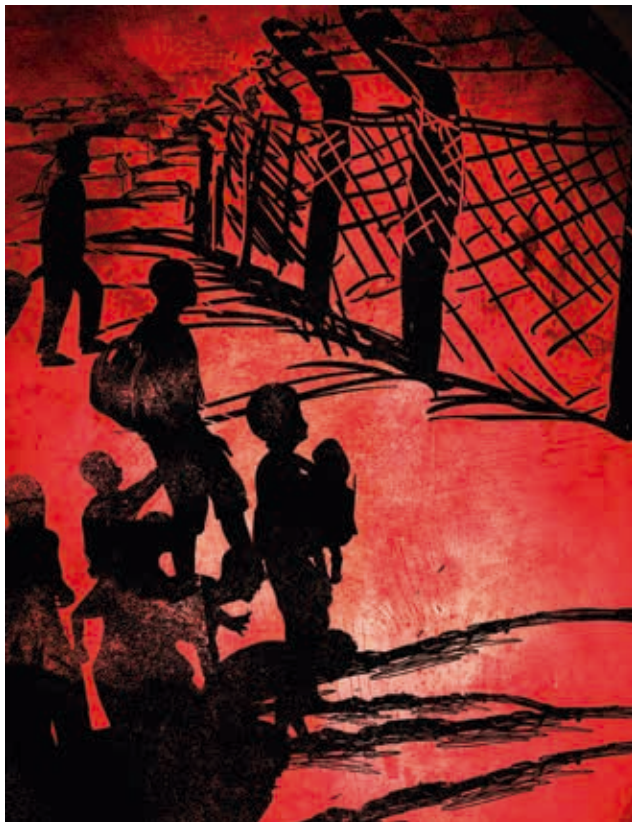
A saúde da população negra > (...) No âmbito da saúde, os índices alarmantes de desigualdade revelam as iniquidades étnico-raciais em todo o processo de atenção à saúde, sobretudo, em relação à saúde reprodutiva das mulheres negras. São elas as maiores vítimas da violência obstétrica, sofrendo inúmeras violações durante todo o seu período gravídico-puerperal. Segundo os dados da pesquisa "Nascer no Brasil: Pesquisa Nacional sobre Parto e Nascimento" (LEAL et al, 2017), as mulheres pretas e pardas, quando comparadas às brancas, apresentaram, de maneira geral, piores indicadores de atenção pré-natal e atenção ao parto. (...)

SOBRE A AUTORA

Tereza Cristina Santos Martins é quilombola, assistente social e professora da UFS



Reparações à população quilombola > (...)Os quilombos representam uma das primeiras manifestações de resistência e luta protagonizadas pelos/as africanos/as escravizados/as; como resistência negra à escravidão colonial, têm início no século 16, mas assumem dimensão política principalmente nos séculos 17, 18 e 19, quando os poderes colonial e imperial tomam para si a tarefa de combatê-los violentamente na perspectiva de extingui-los. Eles representam a ousadia de negros/as que, embalados/as pelo sonho de liberdade, enfrentaram o poder instituído para construir comunidades livres e, assim, forjar outro modo de viver e se reproduzir. (...)



SOBRE A AUTORA

Maria Antônia Cardoso Nascimento
é assistente social e professora da
UFPA



Migração e racismo > (...) No Brasil, apesar da retórica da democracia racial e do tratamento humanizado dirigido aos/às imigrantes, as implicações racistas e xenofóbicas vigem em relação aos/às trabalhadores/as pauperizados/as. Eles/as são identificados/as pelo estigma do/a subcidadão/ã, do outro estrangeiro, ao qual são reservados trabalhos marcados pela superexploração. A superexploração do trabalho dos/as imigrantes é caracterizada pela ausência de contratos, direitos e limite de jornada de trabalho, como o uso da força de trabalho de bolivianos/as e haitianos/as em São Paulo, de nigerianos/as no sul e sudeste do país e, mais recentemente, de venezuelanos/as, principalmente no estado de Roraima e na cidade de Belém (PA). (...)



SOBRE A AUTORA

Maria Helena Elpídio é assistente social, professora da Ufes e foi presidente da Abepss (2017-2018)



Racismo e segregação do espaço socioterritorial > (...) Em se tratando dos lugares e territórios forçadamente destinados ao povo negro, a ausência da posse da terra é estruturante. Combina-se a isso a superexploração deste contingente de trabalhadores/as na produção da riqueza (origem da miséria), o difícil acesso aos direitos fundamentais (educação, saúde, segurança, lazer, dentre outros) e aos equipamentos urbanos (saneamento básico, transporte público, iluminação, moradia, etc). Nesse processo repleto de determinações sócio-históricas, formaram-se senzalas, cortiços, “barracões de zinco pendurados no morro”, palafitas, barracas de lona e de papelão. Erguem-se “Cidades de Deus, Coroadinhos, Sol Nascente, Brasília Teimosas...”. (...)

SOBRE A AUTORA

Magali Almeida é assistente social, militante do movimento negro e professora da UFBA



Racismo na educação e a política de cotas > (...) A defesa dos direitos da população negra no campo da educação está imbicada nas seguintes legislações: Constituição Federal, LDB (1996); no ordenamento da seguridade social (...); nas deliberações da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (2001); nas Leis 10.639 (2003) e 11.645 (2008), que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, no ensino médio e superior; no Estatuto da Igualdade Racial (2010) e Lei nº 12.711 (2012), que dispõe sobre a reserva de, no mínimo, 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas nas universidades federais e institutos federais (...).

SOBRE A AUTORA

Dilma Franclin de Jesus é assistente social, professora da Unijorge, e foi presidente do CRESS-BA (Gestão 2017-2020)



Mulheres negras e o mercado de trabalho > (...) As relações no interior da classe trabalhadora precisam considerar as identidades existentes, que determinam as diversas formas de opressão vivenciadas por cada sujeito e como se inter cruzam na vida pública. É importante entender que a condição da mulher negra, transexual, lésbica e pobre não é a mesma da mulher negra heterossexual, por exemplo. Isso pode permitir que avancemos na luta por direitos, sem perder de vista a totalização da classe trabalhadora. (...) É preciso desmistificar e desnaturalizar modelos de opressão que historicamente reforçam e comprometem a autonomia e emancipação social de grupos ditos “minoritários”. (...)



SOBRE O AUTOR

Júlio Cezar de Andrade é assistente social, militante do movimento negro e ex-conselheiro do CRESS-SP (Gestão 2017-2020)



Genocídio da juventude negra > (...) O Atlas da Violência 2017, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), revela que as taxas de mortalidade juvenil tiveram um aumento de 38,5% de jovens negros/as, o que reafirma os dados acima apresentados. Olhar esta realidade presente nas relações sociais, e expressa em sua concretude em homicídios dolosos, nos instiga a analisar com radicalidade (ir à raiz) e compreender as suas principais determinações. Trata-se de genocídio da juventude negra como uma manifestação direta do racismo. (...).



SOBRE A AUTORA

Greice Cavalheiro de Souza é assistente social do Centro de Referência em Direitos Humanos de Porto Alegre (CRDH), ativista e feminista negra e ex-conselheira do CRESS-RS (Gestão 2017-2020)



Violência contra as mulheres negras > (...) Portanto, algo comum nos relatos de mulheres negras em situação de violência são os processos de revitimização. Mulheres que, ao procurarem apoio na rede de segurança pública ou espaços de atendimento, passam por constrangimentos, culpabilização e moralização das violências sofridas, além de, por vezes, as intimidarem quanto à realização e seguimento da denúncia. Outro aspecto a ser observado se dá quanto aos espaços territoriais nos quais estas se encontram. Ou seja, mulheres negras periféricas, que convivem em ambientes permeados pelo tráfico, dificilmente terão possibilidades de se conectar a uma rede formal de proteção. (...)

SOBRE A AUTORA

Marlise Vinagre é assistente social,
professora da UFRJ e Yalorixá



Intolerância e racismo contra religiões de matrizes africanas > (...) torna-se importante a distinção entre a intolerância religiosa (geral) e a intolerância dirigida às Religiões de Matrizes Africanas (específica), determinada, nos termos de Fanon, em “Pele negra, máscaras brancas”, pelo “racismo cultural com motivação religiosa”. No caso dos ataques contra as Religiões de Matrizes Africanas, trata-se de uma expressão do Racismo Estrutural; mas não é uma questão apenas fenotípica: é cultural. Quando se trata de violência com evidentes contornos de racismo cultural, o alvo é toda a coletividade de adeptos/as e seu patrimônio, configurando-se o que estou denominando um “etno-epistemicídio”. (...)



CUIDADO



**NA ESCOLA, NA SALA DE AULA...
NEGRA SEMPRE NA MIRA!**

**o Estado é
TERRORISTA**

CFESS

Até onde você percebe
seu **RACISMO**

Algumas palavras e expressões

PAI



CRESS

0?

- Denegrir
- Não sou tuas negas
- Cara de bandido
- Ela é da cor

registros audiovisuais

VIDEO 1

VIDEO 2



Estima-se que 5.5 milhões de pessoas negras foram arrancadas do continente africano para o Brasil durante a escravidão.

algumas
expressões do

Até onde você percebe
seu **RACISMO?**

Algumas palavras e expressões
PARA BANIR do vocabulário.

Denegrir

Não sou
tuas negas

Cara de bandido

19 NOV
Segunda-feira

CineLândia, no
Centro do Rio (RU)

...preto
...em um pé
...zinha

A EXPOSIÇÃO

A exposição da campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, apresentada durante o 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 2019, sintetizou, por meio de painéis e de exibição audiovisual, o conteúdo produzido até então.

Mas a mostra não só fez esse apanhado, como trouxe também elementos novos. Alguns dos painéis apresentaram, de forma pedagógica, outras expressões do racismo, a exemplo das expressões linguísticas racistas que são naturalizadas no cotidiano.

As pessoas que passaram pela exposição foram imersas em um conteúdo provocativo e informativo que denunciou o racismo estrutural do Estado brasileiro, resgatou uma parte da história de opressões contra a população negra, potencializou as lutas e resistências históricas, evidenciou as expressões do racismo no cotidiano e deu visibilidade e valorizou o povo negro.

Fazemos questão de reproduzir aqui parte da mostra, com os painéis elaborados exclusivamente para aquele momento, e que agora compõem o conjunto de peças elaborados sobre a temática.

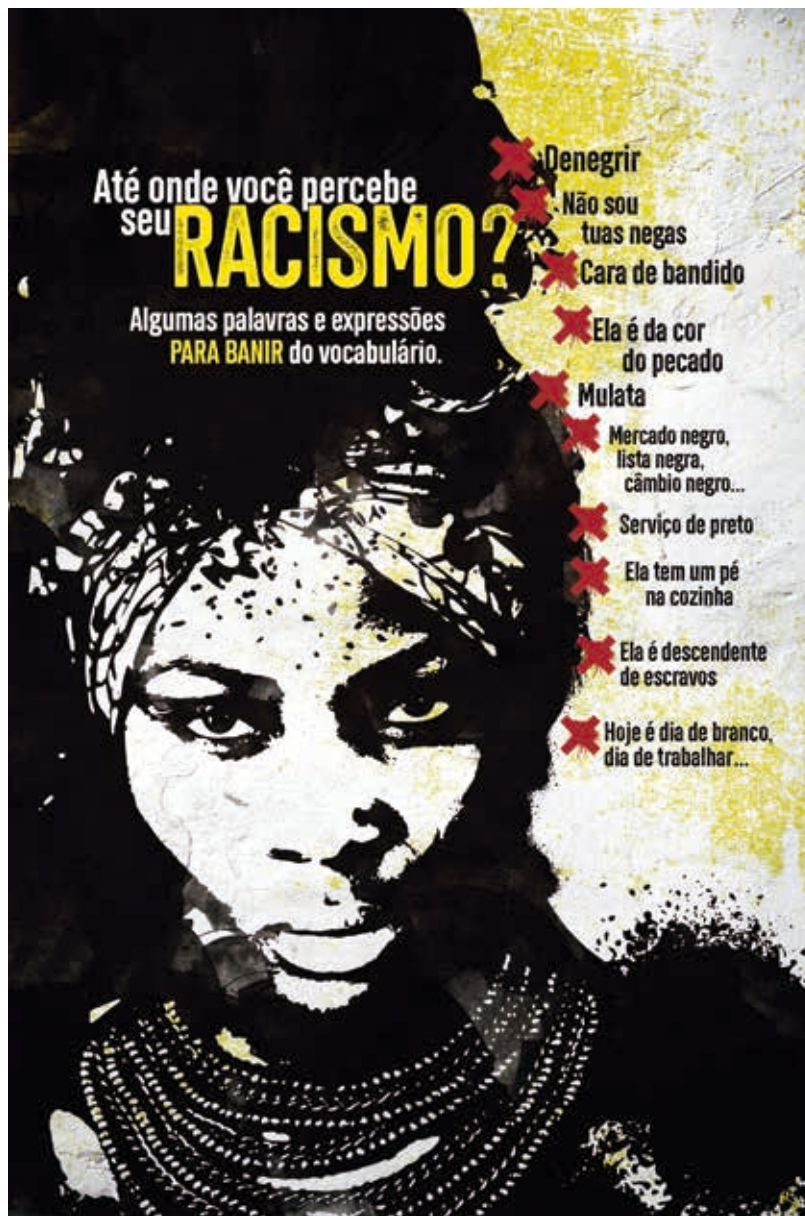




Estima-se que
5,5 milhões
de pessoas negras
foram arrancadas
do continente
africano para
o Brasil durante
a escravidão.

Fonte: site Slave Voyages (em inglês, viagens escravas), em matéria do Uol. Perto do fim da escravidão, 60% dos negros trazidos ao país eram crianças
<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/04/13/perto-do-fim-da-escravidao-60-dos-negros-trazidos-ao-pais-eram-criancas.htm>







1837

Primeira lei de educação: pessoas negras não podem ir à escola: “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”.

HOJE

A taxa de analfabetismo é mais que o dobro entre pretos e pardos (9,9%) do que entre brancos (4,2%).

A taxa de brancos com 25 anos ou mais que têm ensino superior completo é de 22,9%, mais que o dobro da porcentagem de pretos e pardos com diploma: 9,3%.

A média de anos de estudo para pessoas de 15 anos ou mais é de 8,7 anos para pretos e pardos e de 10,3 anos para brancos.

(PNAD, 2016)

Quase metade dos jovens negros, de 19 a 24 anos, não conseguiram concluir o ensino médio.

O índice de evasão escolar chega a ser de 44,2% entre os homens, um recorte de gênero e raça revela ainda que sobre as mulheres negras, da mesma faixa etária, o abandono escolar é uma realidade para 33% das jovens.

(IBGE, 2018)

1850

Lei de terras: pessoas negras não podem ser proprietárias: A Lei de Terras, como ficou conhecida, foi uma antecipação de grandes fazendeiros e políticos latifundiários que queriam impedir que negros pudessem ter terras.

HOJE

Menos de 7% das terras reconhecidas como pertencentes a povos remanescentes de quilombos estão regularizadas no Brasil. (Matéria Agência Brasil, 2018)

Pessoas negras chefiam 66% dos assentamentos subnormais.

Cerca de 10% dos domicílios da população negra NÃO possuem abastecimento de água adequado. Este índice se agrava quando se relaciona aos domicílios chefiados por mulheres negras, 12% não possuem abastecimento de água adequado.

40% domicílios da população negra não contam com rede de esgoto. (Ipea, 2009)

O RACISMO É

1885

Lei do Sexagenário: concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos. Quem sobrevivia até essa idade?

1888

Lei Áurea: 'pra inglês ver'. O Brasil foi o último país ocidental a abolir a escravidão. E o fez sem nenhuma política reparatória à população negra. A maioria das pessoas escravizadas já tinham conseguido sua liberdade por meio da fuga, da compra de alforria e dos movimentos abolicionistas negros.

HOJE

Homem negro, nordestino, sem nenhum registro em carteira de trabalho, com baixa escolaridade. Essas são as características mais comuns entre os 1.113 trabalhadores que foram resgatados em 2018 do trabalho análogo à escravidão por auditores fiscais. Segundo dados, 48% dos resgatados moravam no Nordeste; 72% se declararam pardos e 14% pretos. (Matéria O Globo, 2019)

Em 2015, havia 6,2 milhões de trabalhadores/as domésticos/as no Brasil, sendo 5,7 milhões de mulheres. Dessas, 3,7 milhões eram negras e pardas e 2 milhões eram brancas. (Ipea/ONU Mulheres, 2015)

1890

Lei dos vadios e capoeiras: prisão para as pessoas que "perambulavam" pelas ruas, sem trabalho ou residência comprovada, bem como as que estivessem jogando ou portando objetos relativos à capoeira.

HOJE

Das 493.145 pessoas presas que tiveram raça, etnia e cor classificadas pelo Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), 64% são negras, o que representa quase dois terços de toda população carcerária brasileira. (Matéria R7, 2017)

ESTRUTURAL

**É você ainda
é contra as
políticas de
reparação do
povo negro?**



1630

Data provável da formação do Quilombo dos Palmares. Palmares ocupou a maior área territorial de resistência política à escravidão. Ela foi uma das maiores lutas de resistência popular nas Américas.

1835
LEVANTE DE NEGROS URBANOS (SALVADOR)

Segundo historiadores, a Revolta dos Malês foi a mais importante revolta urbana de negros brasileiros, pelo número de revoltosos, grau de organização e objetivos militares. Ela se inscreve entre as grandes revoltas assistidas pela cidade no século 19.

1914

Surge em Campinas a 1º organização sindical de negros. Dela participaram de forma expressiva e determinante as mulheres negras.

1931

Nasce a Frente Negra Brasileira (FNB), que chegou a reunir mais de 100 mil em diversos estados do país. A organização pleiteava sua transformação em partido político. No ano de 1937, com a instalação do Estado Novo, a FNB é colocada na ilegalidade.

1936

Laudelina de Campos Mello funda na cidade de Santos a primeira Associação de Empregadas Domésticas no Brasil

1975

No Congresso das Mulheres Brasileiras, realizado no Rio de Janeiro, mulheres negras denunciam as discriminações racial e sexual a que estão submetidas. Realiza-se em São Paulo a Semana do Negro na Arte e na Cultura. O movimento articula apoio às lutas de libertação nacional travadas no continente africano. Surgem várias entidades de combate ao racismo.

algumas lutas e marcos



FOGO NOS RACISTAS!

Fonte: texto A História da Escravidão Negra no Brasil
<https://www.geledes.org.br/>



Dados levantados em 2019 para a Exposição. Na época, levou-se em conta também o registro das ações do Dia do/a Assistente Social, cujo tema dialogou diretamente com a campanha. Como todos os CRESS promovem atividades comemorativas, consideramos que todos se engajaram, de alguma maneira, com a campanha. Na página 63, apresentamos um mapa de ações a partir das informações enviadas pelos Regionais.



AÇÕES DOS CRESS

Como já dissemos, a campanha **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo** permeou as ações não apenas do CFESS, mas também, e principalmente, dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) no triênio 2017-2020.

Foi no âmbito dos estados que a campanha atingiu o público alvo com o qual se propôs a dialogar. De um lado, organizações e entidades dos diversos setores do movimento negro e, de outro, a população usuária e assistentes sociais de todo o Brasil.

Por essa razão e dando visibilidade ao modo como a campanha **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo** se fez presente de norte a sul do país, reservou-se, no site , um espaço para que os CRESS enviassem o registro das ações desenvolvidas, para publicação. É importante dizer, as ações presentes no site são apenas uma amostra do que foi efetivamente realizado.

Afirmamos isso, de um lado, porque temos certeza de que a quantidade de ações realizada ultrapassou bastante o registro das 38 publicações totalizadas no site que, por sua vez, indicam 98 atividades realizadas (muitas publicações relatam um conjunto de atividades e/ou ações em um único texto). De outro, porque uma análise dessas 98 ações indica a ausência de 12 estados brasileiros e, no entanto, a avaliação da campanha de gestão, realizada por ocasião do 48º Encontro Nacional CFESS-CRESS (2019), demonstrou que foi realizada por 22 dos 27 CRESS (Relatório do 48º En-



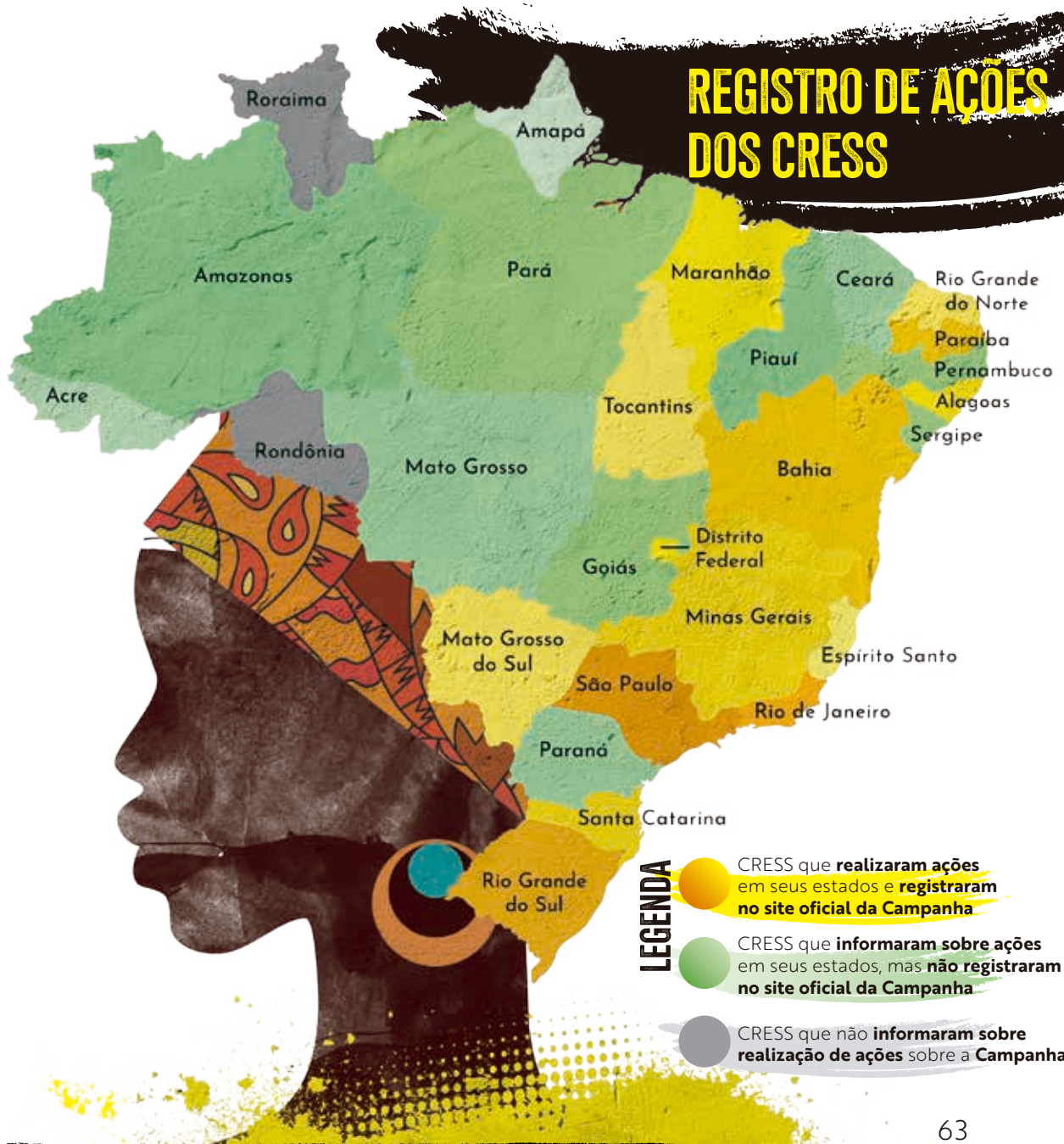
contro Nacional CFESS-CRESS), sendo uma das atividades com maiores índices de execução entre as deliberações do eixo “Comunicação”. Ou seja, nem todas as ações realizadas foram enviadas para publicação e nem todos os regionais contribuíram com essa sistematização presente no site, apesar de terem efetivado ações da campanha.

Ainda tratando de localizar elementos quantitativos para dimensionar o alcance da campanha **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo**, os dados do site indicam que a maior parte das ações publicadas (63%) se concentra na região sudeste, pois temos 23 ações relatadas pelo CRESS do Rio de Janeiro, 15 pelo CRESS de Minas Gerais, 12 ações pelo CRESS de São Paulo e o mesmo número (12) enviado para publicação pelo CRESS do Espírito Santo. O Nordeste tem o segundo maior número de ações publicadas no site (18), por meio dos estados da Bahia, Alagoas, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte. Outros estados com ações relatadas no site são: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul.




O ano de 2019 registrou a maioria das ações (47%), embora 2018 também tenha contabilizado um percentual bem próximo (45%). Essa concentração expressa a unidade política nacional na ação dos Conselhos Regionais, já que também se concentra nesse período (2018-2019), com maior intensidade, a produção e lançamento de peças pelo CFESS, para veiculação nos estados. Já o ano de 2020 teve uma dinâmica peculiar, marcada pelo encerramento das atividades de todas as gestões até maio e a realização do processo eleitoral do conjunto (março).

A diversidade de atividade relatadas no site demonstra as distintas formas de abordar o combate ao racismo adotadas pelos Conselhos Regionais nesse período. Trata-se de exibição de filmes, produção de vídeos, produção de textos acadêmicos e políticos, entrevistas com lideranças do movimento negro, audiências públicas, participação em eventos de

REGISTRO DE AÇÕES DOS CRESS



LEGENDA

-  CRESS que **realizaram ações** em seus estados e **registraram** no site oficial da Campanha
-  CRESS que **informaram sobre ações** em seus estados, mas **não registraram** no site oficial da Campanha
-  CRESS que **não informaram sobre** realização de ações sobre a Campanha

natureza cultural e científica, cursos realizados em conjunto com as universidades brasileiras.

O gráfico abaixo permite visualizar que a promoção de eventos com diferentes portes (seminários, debates e rodas de conversa) foi bastante utilizada (40%) para discussão do enfrentamento ao racismo no perfil das ações publicadas. Em geral, utilizando-se de mesas-redondas e palestras, essas ações contribuem para disseminar informações e qualificar o debate político sobre o tema, atingindo não só assistentes sociais, mas também estudantes de Serviço Social e profissionais de outras áreas.

Duas outras atividades que avaliamos ser importantes destacar são: 1) a participação em atos políticos, potencializando a maior articulação entre



os CRESS e os movimentos sociais organizados em torno da pauta étnico-racial (11%); 2) realização de oficinas, relacionando o enfrentamento do racismo com temas do exercício profissional de assistentes sociais (6%), tais como o dos instrumentais do Serviço Social, da importância do quesito raça/cor, do racismo institucional e suas expressões nos diversos campos sócio-ocupacionais, entre outros. Observa-se, em especial, a realização de uma oficina, para debater o racismo em conjunto com os/as usuários/as do serviço de saúde mental, promovida pelo CRESS da Paraíba.

Nesse rol de iniciativas dessa natureza, destacamos ainda a realização de um curso, pelo CRESS de São Paulo, em conjunto com as demais entidades da profissão no Brasil (Enesso e Abepss), objetivando discutir as relações étnico-raciais no trabalho e na formação profissional do/a assistente social. O seu público-alvo foi de professores/as e discentes de Serviço Social, convidados/as a atentar para essa característica da formação social brasileira na conexão com as demandas da profissão.

Evidenciar o papel do trabalho profissional no combate ao racismo era o principal resultado que gostaríamos de atingir, formulado nos diversos objetivos da campanha, tal como citado a seguir:

“Incentivar a categoria de assistentes sociais a promover e intensificar ações de combate ao racismo em seu cotidiano profissional; Ampliar a percepção das diversas manifestações do racismo no exercício profissional de assistentes sociais; Combater o racismo institucional nos espaços de trabalho de assistentes sociais; Visibilizar a dimensão racial das demandas por direitos sociais no Brasil [...]”. (Projeto de campanha de gestão **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo**, 2018).

Ao final desse triênio, podemos afirmar que esse resultado foi alcançado, por meio da ação articulada dos diversos regionais junto à categoria em seus estados. Em especial durante as comemorações do Dia do/a

Assistente Social em maio de 2019, foram realizadas atividades em todos os estados, tendo como mote “Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro”. Esse recorte possibilitou, com grande capilaridade, o reconhecimento de algumas particularidades das desigualdades sociais sob as diversas formas de violência que traduzem o racismo estrutural da sociedade brasileira e atingem as mulheres negras.

A campanha também proporcionou a associação de atividades dos CRESS ao calendário do Movimento Negro durante o chamado “Novembro Negro”. Esse marco se instituiu a propósito da comemoração do dia 20 de novembro (dia da morte de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra), para lembrar as lutas históricas contra a escravidão e expropriação que marcaram a diáspora do povo negro e seu massacre por mais de 300 anos no Brasil. Cerca de 24 das atividades publicadas no site foram realizadas fazendo referência ao “novembro negro” e abordando várias temáticas, tais como: a intolerância religiosa, o combate à homofobia e outros tipos de preconceito, o feminismo negro, empoderamento cresso, a guerra às drogas e o extermínio da juventude negra, a violência contra as mulheres negras, direito à cidade, relações de gênero, dentre outros.

É necessário, por fim, mencionar as ações de divulgação que deram visibilidade à campanha no âmbito da categoria e da sociedade em geral. Por meio dos sites dos CRESS, mas também da publicação na grande imprensa, constam no site da campanha de gestão pelo menos 38 atividades que traduzem a ação das assessorias e comissões de comunicação dos CRESS, sob forma de matérias e textos publicados. Houve investimento também na transmissão online dos eventos que, segundo os registros enviados ao site da campanha de gestão, alcançaram pelo menos dez mil pessoas pelo Brasil, além de mais de duas mil presencialmente. Como já dito anteriormente, é certo que esses não são os números absolutos de alcance da campanha e seu impacto na categoria profissional. Além das atividades que não foram publicadas no site, tam-

bém é preciso dizer que muitas das que foram não informam o registro quantitativo do público envolvido.

Apesar disso, é possível afirmar que a campanha **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo** foi uma ação abrangente, grandiosa e de dimensões nacionais, profundamente introjetada na dinâmica das gestões dos Conselhos Regionais no triênio 2017-2020. Além dos registros aqui refletidos, seu saldo político é incalculável para os acúmulos necessários à afirmação da direção ético-política do Serviço Social no Brasil.

COMBATE AO RACISMO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL



A GENTE ENFRENTA O RACISMO NO COTIDIANO: COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS³

Por que falar de racismo para assistentes sociais?

A campanha de gestão do conjunto CFESS-CRESS, **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo**, teve, nos últimos três anos, papel central na difusão desta temática para o Serviço Social brasileiro. Já contando com inúmeros/as intelectuais e militantes da luta antirracista na categoria, as peças da campanha de gestão provocaram uma verdadeira ebulição na profissão, ampliando o número de debates sobre o tema, de iniciativas para tratá-lo no âmbito da formação profissional, de pesquisas e, especialmente, fortalecendo projetos e ações de combate ao racismo por meio do exercício profissional.

3 - Texto de autoria de Josiane Soares Santos, presidente do CFESS Gestão 2017-2020 "É de batalhas que se vive a vida" e integrante da Comissão da Campanha.

Um dos resultados importantes desse processo foi reafirmar que o combate ao racismo é parte da nossa identidade com a classe trabalhadora. Não dá para desconsiderar o fato de que a classe trabalhadora brasileira é preta e que, portanto, os direitos sociais atingidos pelos cortes orçamentários e pelas contrarreformas no Brasil não são apenas os direitos “dos/as usuários/as”. São os nossos direitos também, já que somos muitas mulheres e homens negros/as nesta categoria. Sendo assim, o combate ao racismo é parte inerente das lutas que temos travado por melhores condições de vida e trabalho para assistentes sociais.

De um modo geral, o racismo é considerado uma ideologia que justifica a existência de supremacia de uma raça sob a/s outra/s e privilégios dela decorrentes. Essa ideologia, que se forjou com base em formulações pseudocientíficas do século XVIII, tem antepassados mais longínquos – por ocasião dos séculos XV e XVI e das chamadas “grandes navegações” – quando os europeus se deparam com povos de aspecto físico distinto do seu biotipo. No contexto do capitalismo mercantil e da necessidade de exploração das riquezas naturais encontradas, foi útil aos europeus brancos classificar aqueles povos (indígenas, asiáticos, africanos) como “primitivos”, portanto, menos “evoluídos”, e justificar sua dominação como uma “bondade”, afinal, tratava-se de “civilizá-los”. Em nome disso se praticaram genocídios e uma série de violências físicas e culturais contra esses povos, que atravessaram séculos de colonização europeia⁴.

Esse princípio histórico ganha força e nova “roupagem” no século XVIII após a teoria darwinista sobre a “evolução das espécies” – diga-se de passagem,

4 - Importante mencionar que ainda existem 61 países colonizados no mundo contemporâneo: “Dezesseis deles estão sob jurisdição da França, 15 da Grã-Bretanha, 14 dos Estados Unidos, seis sob jurisdição da Austrália, três da Nova Zelândia, três da Noruega, dois da Dinamarca e dois da Holanda”. Fonte: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quantos-paises-ainda-sao-colonias-hoje-em-dia/> Acesso em 20/04/2019.

formulada para explicar a natureza orgânica – sendo trasladada para explicar a sociedade e justificar a hierarquização das raças. Sofreu ainda outra reatualização, por ocasião da ascensão do nazismo, que, em nome da “supremacia da raça ariana”, como sabemos, cometeu o maior genocídio documentado da história da humanidade contra judeus. Pouco depois de finalizada a segunda guerra, a UNESCO emite (em 1950) um documento chamado “Declaração das raças” que propõe a superação da ideia de “raça”, considerada como nociva para a humanidade, exatamente por ter produzido, em diferentes episódios históricos, genocídios e inúmeras violações de direitos humanos dos grupos considerados “inferiores”.

A inexistência de raças é considerada atualmente uma verdade científica já comprovada. Porém o uso desse termo tem sido útil, em se tratando de combater a ideia de que a miscigenação brasileira tenha eliminado o racismo. Ou seja, o fato de biologicamente a ideia de raça não ter fundamento, não quer dizer que ela tenha desaparecido da vida social. Isso, porque, sendo de natureza cultural, foi introjetada e continuou reproduzindo racismo, como forma de preconceito e manutenção de privilégios e, no caso do Brasil, simultaneamente, convivendo com a falácia do “mito” da democracia racial⁵.

Nesse sentido, não somos nós, negros e negras, que iremos reproduzir o discurso do “desaparecimento” da raça negra e pasteurizarmo-nos pelo

5 - Esse “mito”, se autoria de Gibelto Freyre, é reconhecido por ser uma narrativa que legitima a discriminação racial e, ao mesmo tempo, forja uma espécie de “identidade nacional” a partir dos anos 1930. “Em sua obra, Freyre postula que a distância social entre dominantes e dominados é modificada pelo cruzamento inter-racial que apaga as contradições e harmoniza as diferenças levando a uma diluição de conflitos. Ao postular a conciliação entre as raças e suavizar o conflito, ele nega o preconceito e a discriminação, possibilitando a compreensão de que o ‘insucesso dos mestiços e negros’ deve -se a eles próprios. Desta forma, ele fornece à elite branca os argumentos para se defender e continuar a usufruir dos seus privilégios raciais” (BENTO, s/d, p.29).

“morenismo” brasileiro. Não! Reivindicar-se da raça negra tem uma potência, no sentido de explicitar o preconceito e de sinalizar privilégios fundamentados na associação entre raça e classe.

Mas o que isso tem a ver com o exercício profissional de assistentes sociais? Essa prática social discriminatória encontra-se amplamente difundida nos nossos ambientes de trabalho, já que no Brasil pode-se dizer que o racismo é uma política de Estado. Muitas são as evidências de que a estrutura das instituições públicas reproduz preconceitos raciais e isso tem se agravado na conjuntura atual.

Temos, de um lado, o contexto mundial de barbarização da vida social sob o capitalismo, em que a desigualdade parece não ter mais limites para crescer e se reproduzir. Um contexto que tem sido “fermento vivo” para revigorar o conservadorismo em seus diferentes matizes e fazer ressurgir desvalores que julgávamos superados por lamentáveis experiências históricas recentes, como o nazi-fascismo.

Em diferentes países, o racismo, associado à xenofobia, “sai do esgoto” e ganha eleições. O crescimento do desemprego estrutural tem sido utilizado como “justificativa” para o fechamento de fronteiras e a prática do extermínio de milhares de imigrantes, especialmente de africanos/as. Para o capital, é como se a população sobrando para as suas necessidades de exploração já tivesse ultrapassado as dimensões úteis e fosse necessário exterminar boa parte dela. O racismo fornece uma espécie de “critério” para fazer isso, alimentando velhos mitos de inferioridade racial. Marinucci (2018, p. 8) indica que o contexto de agravamento da crise tem produzido novas formas de racismo, traduzidas especialmente na difusão de

[...] políticas migratórias restritivas e “malthusianas”, que legitimam e são legitimadas pela nova onda do delírio racista, principalmente na versão da xenofobia. Essas políticas encarnam as duas formas tradicionais de racismo, que Taguieff (1999) de-

nomina de “racismo de aniquilamento” e “racismo de exploração”: a primeira visa à eliminação física de um determinado grupo social, enquanto a segunda sua exploração. As políticas migratórias restritivas e securitárias, por um lado, provocam – de forma ativa ou omissiva – a morte de milhares de migrantes e solicitantes de refúgio, reduzindo – malthusianamente – o número de ingressos; por outro, alimentam dinâmicas de ilegalização e deportabilidade (De Genova, 2002) que possibilitam a inclusão subordinada e a conseqüente exploração dos recém-chegados. Em outros termos, são políticas que visam à criação de um limiar – físico e simbólico – além do qual a vida humana se torna menos humana (MARINUCCI, 2018, p.8)

Esse fenômeno, embora não esteja presente com a mesma intensidade em todas as cidades brasileiras, se reproduz entre nós também, especialmente o que o autor chamou de “racismo de exploração”. É crescente o número de solicitações de refúgios no Brasil, de acordo com o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), do Ministério da Justiça. A solicitação de refúgio, no entanto, não significa um reconhecimento automático dessas pessoas como refugiadas, que passa por um período de processamento antes de ser deferido, e nem sempre o é. O drama mais recente no Brasil, por exemplo, é o de venezuelanos/as, que foram responsáveis por cerca de 65% de todos os pedidos de refúgio realizados no país em 2019. Enquanto isso, esses/as e outros/as imigrantes, de nacionalidade diversa, mas, em sua maioria, negros/as, permanecem no país de forma ilegal, se sujeitando a todo tipo de ocupação e aos mais absurdos graus de exploração de sua força de trabalho.

As expressões do racismo que atingem negros/as no Brasil (imigrantes ou nativos/as) não são apenas violenta e incontestavelmente visíveis. São também difusas e naturalizadas no campo da cultura e da formação de valores, de modo que não é tarefa fácil caracterizá-las, ao contrário do que ocorreu em alguns outros países, como EUA e África do Sul, onde houve uma legislação explicitamente segregacionista.

A essa “naturalização”, se soma a impunidade brasileira relacionada ao descumprimento da legislação em geral, mas especialmente da legislação sobre crimes raciais⁶. Nesse aspecto, é preciso considerar a transversalidade do racismo institucional em diversos meios – principalmente na polícia, que é um dos agentes que mais explicitamente pratica esse tipo de crime no Brasil, contribuindo para essa dissimulação do racismo em nosso país. Por isso, é tão necessário falar de racismo institucional e da sua presença nos locais de trabalho de assistentes sociais.

O racismo institucional e sua presença nos locais de trabalho de assistentes sociais

Para chegar no combate ao racismo pelas/os assistentes sociais, além de nos entendermos minimamente sobre o que estamos chamando de racismo e suas causalidades, é preciso tratar outra mediação que se relaciona com o ambiente em que exercemos nossa profissão: o ambiente institucional. Por essa razão, é preciso conceituar o que seja o chamado “racismo institucional” ou sistêmico.

Esse fenômeno “[...] foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, como

6 - Em 1997, a Lei nº 9.459 altera o texto da Lei de Crimes de Racismo (artigos 1 e 20), que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao artigo 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Assim, no artigo 1, passou a constar que “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”, enquanto no artigo 20 afirma-se que é crime “Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Desta maneira, passaram a ser considerados conduta criminosa não apenas os atos relativos ao preconceito ou discriminação por raça ou cor, mas aqueles que se referem a preconceito ou discriminação por etnia, religião e origem. [...] A pena é a reclusão de um a três anos e multa. Ao artigo 140 do Código Penal foi acrescido o parágrafo 3º: “Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem: reclusão de um a três anos e multa” (MPPE, 2013, p.59).

capaz de produzir a falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica” (GELEDES, 2013, p. 17). Trata-se de um condicionamento reproduzido nas distintas ramificações institucionais do Estado (e também de organizações privadas) que dificulta, por inúmeros mecanismos, o acesso a direitos, bens e serviços ou lhes oferece um acesso qualitativamente inferior, com base na hierarquização racial. Isso pode ser traduzido em

[...] mecanismos seletivos de privilegiamento e barreiras – por exemplo: linguagens, procedimentos, documentos necessários, distâncias, custos, etiquetas, atitudes etc. – [...] interpostos sem qualquer controle ou constrangimento, dificultando ou impedindo a plena realização do direito e o atendimento às necessidades expressas. Assim, instaura-se em cada um destes momentos e em todo o percurso lógicas, processos, procedimentos, condutas, que vão impregnar a cultura institucional – o que se não os torna invisíveis, os faz parte da ordem “natural” das coisas - capazes de dificultar ou impedir o alcance pleno das possibilidades e resultados das ações, programas e políticas institucionais (GELEDÉS, s/d, p. 19).

Na descrição acima, a ênfase recai sobre a “lógica” institucional, explicando como ela traz uma vivência perversa para todos/as aqueles/as que não a compreendem e, além disso, não encontram, nos/as agentes institucionais, apoio para decifrar esse emaranhado de informações. Nesse caso, alguém poderá questionar que esse fenômeno atinge não só negros/as. Trata-se de algo observável para distintos segmentos populacionais, em especial aqueles com baixo acesso à escolarização. Esse argumento é verdadeiro, mas é preciso lembrar que, segundo dados de 2017, o analfabetismo entre pretos/as e pardos/as é de 9,3%, sendo esse índice correspondente a 4% entre os/as autodeclarados/as brancos/as (IBGE, 2018). Poderia citar outros percentuais da mesma

pesquisa, mostrando que as desigualdades no acesso à educação têm cor em todos os níveis: embora atinja também a população branca e pobre, indiscutivelmente esse universo é majoritariamente composto de negros/as, por todas as razões de estratificação social e racial que já conhecemos.

Outra expressão do racismo institucional, o preconceito racial no mercado de trabalho é, em boa medida, decorrência da política de branqueamento da população brasileira pelo estímulo à imigração europeia após a abolição da escravidão. Análise interessante do Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE, 2013) indica que, em função desse fato, ocorrido no final do século XIX, o Estado incidiu fortemente de modo a privilegiar os/as brancos/as na configuração do mercado de trabalho e isso deve ser considerado como determinante ainda atual das dificuldades de contratação de negros/as.

Conectado a isso, e para não deixar de citar um tema extremamente atual, no acesso à previdência social no Brasil, também se trata de uma obviedade que, devido à sua participação majoritariamente precária no mundo do trabalho, é reduzida a participação de negros – e, especialmente de negras – no universo de contribuintes da previdência pública.

No caso do direito à saúde, os exemplos de racismo institucional são inúmeros. Um dos mais recorrentes é o descaso de profissionais da área no preenchimento do quesito raça/cor, por meio dos Sistemas de Informação de Natalidade, de Mortalidade e de Agravos de Notificação-Doecimento. Esses dados são centralizados pelas Secretarias Estaduais de Saúde e repassados ao Ministério da Saúde desde 1996. O não preenchimento adequado – ou simplesmente o não preenchimento desse dado – dificulta a qualidade da informação sobre raça/cor presente nas estatísticas da área de saúde e a identificação de fenômenos/ocorrên-

cias em que a cor/raça poderiam ter um peso significativo. É o caso da anemia falciforme⁷ e dos óbitos por violência, por exemplo.

Penso ser fundamental detalhar um pouco mais algumas expressões de racismo institucional na saúde, que afetam as mulheres negras. Somos nós que compomos a maioria estatística no perfil de mortalidade materna no Brasil. A publicação do MPPE (2013) cita dados de algumas pesquisas que podem explicar as razões disso, sinalizando a presença do racismo institucional em diferentes níveis do atendimento à mulheres negras da política de saúde:

- dificuldades para encontrar atendimento (“peregrinação”, na linguagem oficial da pesquisa citada) são citadas por 31,8% das pretas, 28,8% das pardas e 18,5% das brancas;

7 - “[...] uma doença genética e hereditária que acomete predominantemente negros (embora, importante dizer, a medicina traga alguns relatos de brancos atingidos pelo problema) e, infelizmente, é ainda desconhecida pela maioria da população atingida. Seu nome está relacionado ao fato de os glóbulos vermelhos adquirirem, com uma alteração provocada pela doença, o aspecto de uma foice, perdendo assim a forma mais arredondada. Os glóbulos tornam-se endurecidos, perdendo a forma elástica. Conseqüentemente, a passagem do sangue por vasos mais finos torna-se mais difícil, o que leva também a uma precária oxigenação dos tecidos. A falta de elasticidade provoca ainda a fragilização das membranas dos glóbulos vermelhos, levando-as a romperem-se mais facilmente, o que causa a anemia. Os males causados por essa deformidade nos glóbulos são vários: além da perigosa formação de trombos (bloqueiam o fluxo do sangue), que pode levar à morte, há o surgimento de feridas nas pernas, tendência a infecções, atraso no crescimento, dores articulares e dores fortes causadas pela falta de oxigenação, cálculos biliares, fadiga contínua, problemas neurológicos, cardiovasculares, pulmonares e renais. No Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde, a anemia falciforme atinge cerca de 8% dos negros, e seu surgimento está relacionado à transmissão tanto pelo pai quanto pela mãe. Só assim o gene alterado é repassado. Quando apenas um dos pais transmite para o filho, este terá o traço falciforme, mas a doença não se manifestará (contudo, será transmitida para futuros filhos). Para detectar a doença, é necessário o exame eletroforese de hemoglobina, assim como o teste do pezinho, gratuito, onde é possível detectar hemoglobinopatias”. PE, 2013, p.101).

- mulheres negras apresentaram menores chances de passar por consultas ginecológicas completas e por consultas de pré-natal em período igual ou inferior ao 4º mês de gravidez – além da peregrinação, contribui para a falta de qualidade no serviço o fato de que os/as médicos/as (em geral brancos/as) tocam menos as mulheres negras;
- mulheres negras recebem menos informações sobre os sinais do parto, alimentação saudável durante a gravidez e sobre a importância do aleitamento materno nos primeiros seis meses de vida do/a bebê;
- o parto vaginal para pretas e pardas é mais dolorido considerando-se a não aplicação da anestesia em 21,8% delas contra 16,4% desse tipo de ocorrência entre brancas;
- é constante entre profissionais de saúde a associação entre a mulher negra pobre e a promiscuidade, que se observa “em piadas e na qualidade do atendimento, também nas intervenções e tratamentos dispensados a estas mulheres” (MPPE, 2013, p. 93);

Na educação, são vários também os exemplos de práticas racistas entre os/as educandos/as (hoje disfarçadas sob a genericidade do “bullying”), mas também entre professores/as⁸.

8 - A naturalização do preconceito na formação da identidade do afrodescendente, Ricardo Ferreira e Amilton Camargo (2001) nos trazem dois exemplos importantes para observar o efeito cascata do preconceito racial embutido nas falas e ações cotidianas. Ambos mostram professoras do ensino fundamental, as duas acreditando, através de seus discursos, estar atuando pedagogicamente contra o olhar que vê desprestígio na pele escura. A primeira delas, em entrevista a uma pesquisadora durante sua pesquisa de mestrado, alega que o preconceito racial pode ser superado caso os negros utilizem produtos de higiene pessoal que escondam seu odor. Diz: ‘Uma pessoa que é negra, a pele, a melanina faz com que o cheiro fique mais

No levantamento que realizei, não encontrei nada substantivo que abordasse expressões do racismo institucional na política de assistência social. Penso que isso ocorre não pela inexistência de racismo institucional nessa política pública, mas porque talvez ainda careça de pesquisas a respeito. Certamente em face de suas diretrizes institucionais voltadas para atendimento à família, especialmente no nível básico, com a grande presença das mulheres negras nesses serviços, o racismo institucional deve se reproduzir. Não poderei, entretanto, tratar as demais instituições de política pública no espaço dessa fala, por razões de espaço. Assim, avançarei para abordar algumas das dificuldades mais recorrentes para lidar com o racismo institucional.

É praticamente unânime que se mencione, em primeiro lugar, a dificuldade existente para diagnosticar esse fenômeno como uma prática institucional. Essa dificuldade é espelho da que se encontra presente e difusa na sociedade brasileira de um modo geral. Resultados de uma pesquisa do Datafolha sobre discriminação racial no Brasil, realizada em 1995, apontam que 89% dos/as brasileiros/as reconhecem o preconceito contra os/as brasileiros/as negros/as, mas somente 10% o admitem como seu (apud FERREIRA, 2002). Ou seja, o racismo parece ser, segundo esses dados, um fenômeno de sujeito indeterminado!

E se lidar com a necessidade de rever valores e costumes individuais e sociais para o combate ao racismo é muito difícil, devem-se multiplicar algumas vezes mais as dificuldades de lidar com o racismo institucional.

forte. Hoje em dia esse preconceito de cheiro já melhorou muito com os produtos modernos de nossa indústria (...). Não havendo o cheiro, não existe o porquê de o branco não conversar com o negro e vice-versa. Tem gente que melhorou muito'. Outra professora, também não se considerando racista, afirma que aproveita os momentos lúdicos para ensinar o respeito racial entre seus alunos: 'Nas próprias histórias infantis tem aquela coisa da madrasta, da bruxa, uma coisa má e uma coisa boa. Então a gente pode aproveitar a raça nesse sentido. Porque uma pessoa, às vezes, por exemplo, é preta e tem a alma branca'" (MPPE, 2013, p. 18).

Isso porque ele tem ainda, a seu favor, a “impessoalidade” da lógica institucional, sua “burocracia”, como algo que naturaliza e padroniza comportamentos profissionais em seu interior, como se não fosse possível lidar com as rotinas institucionais de outro modo. Esse discurso é bastante útil para camuflar, nesse lugar, as práticas racistas.

Outras duas dificuldades podem ainda ser sinalizadas, segundo MPPE, 2013:

- o desconhecimento, dentro das instituições, dos mecanismos legais antirracismo que, em boa parte, pode também refletir a desimportância conferida à necessidade de punir essas condutas, colocando esse racismo inconscientemente na “conta” da impunidade geral do país;
- “fazer com que os profissionais, especialmente os da saúde, compreendam ou percebam o racismo como um grave fator de desigualdade no acesso ao atendimento o que, por sua vez, repercute na baixa representatividade desses profissionais (principalmente do médico) nas discussões, seminários, capacitações, sobre o tema” (idem, p. 105).

Essas dificuldades nos fazem reconhecer, portanto, que o “[...] racismo se estabelece e desenvolve acima e além das instituições. Desse modo, podemos compreender os limites colocados aos indicadores e à capacidade das instituições per se, de produzirem transformações mais profundas nas relações sociais” (GELEDÉS, 2013, p. 39). Porém, não podemos deixar de considerar que essa seja uma “trincheira” de luta importante, no interior da qual assistentes sociais têm um papel ético-político fundamental, conforme veremos a seguir.

Nossas tarefas como assistentes sociais no combate cotidiano ao racismo

Na parte final desse texto, farei algumas indicações de como podemos nos envolver profissionalmente no combate ao racismo. Esse é o principal

objetivo da campanha de gestão do Conjunto CFESS-CRESS nesse triênio. A campanha também possui outros objetivos: de amplificar a presença de nossas entidades na organização política existente para o combate ao racismo no Brasil e dar visibilidade aos nossos posicionamentos sobre o tema, interferindo socialmente nesse debate tão importante e necessário na sociedade atual, conforme já destaquei anteriormente.

Gostaria, nessas últimas páginas, de chegar ao desenvolvimento de nossas atividades e dialogar sobre possibilidades de combate ao racismo que estão ao nosso alcance. Trata-se de um compromisso ético-político profissional com o repúdio veemente a todo autoritarismo, violação de direitos humanos e reprodução de preconceitos, opressões e explorações. Nesse sentido, preciso abrir aqui um parêntese.

Entendo que a tarefa cabe a todas/os nós, sejamos assistentes sociais negras/os ou “não negras/os”. A luta antirracista, para acontecer com a intensidade necessária, precisa envolver “o outro polo”, seja confrontando os/as autodeclarados/as brancos/as, seja acolhendo-os/as ao nosso lado na trincheira. Obviamente não estou defendendo que “o lugar de fala” desses/as assistentes sociais e o meu seja o mesmo. No caso das/os não negras/os, é necessário que cultivem o desenvolvimento de “[...] uma possível identidade racial branca não-racista que pode ser alcançada se a pessoa aceitar sua própria branquitude e as implicações culturais, políticas, socioeconômicas de ser branca, definindo uma visão do eu como um ser racial” (BENTO, s/d, p. 23). A partir dessa empatia com a luta antirracista, mas sem deixar de se colocar como também uma pessoa com o corpo racializado nessa sociedade, podemos trabalhar juntas/os no combate ao racismo.

Ainda no parêntese e correndo o risco da polêmica, não posso me furtar de mencionar que esse me parece ser também um processo necessário para muitas/os de nossas/os colegas assistentes sociais negras/os. A aquisição de uma “consciência racial” não decorre automaticamente do

fato de sermos negras/os. Em outras palavras, se inexistir equivalência inata entre ser e consciência, esse processo não pode ser diferente em se tratando da raça como um conceito cultural e sócio-histórico numa sociedade classista e alienada.

Mas fechando esse parêntese de “com quem contamos” para fazer o combate ao racismo como assistentes sociais, quero falar de atividades possíveis no ambiente institucional, diferenciando-se somente segundo nossos níveis de inserção (se no âmbito da formulação e gestão ou se no âmbito da execução direta). Para fazê-lo, busquei inspiração no material pesquisado sobre racismo institucional da Geledés e do MPPE, já citados anteriormente, fazendo as devidas adaptações para considerar nossa particularidade ocupacional.

No nível da gestão, é fundamental não se deixar levar pela lógica neoliberal que comprime o orçamento das políticas sociais públicas, reduzindo seu alcance e trabalhando com a focalização como uma diretriz positiva. Não se trata de uma tarefa fácil, mas é importante manter-se na disputa pela ampliação de recursos materiais e humanos às políticas sociais e considerar, em seu interior, a necessidade de contemplar metas e indicadores voltados à redução das iniquidades raciais, de gênero e de classe social.

Ainda no nível da gestão, é importante intensificar as iniciativas de educação permanente, contemplando abordagens sobre racismo institucional e seu enfrentamento, que possam reverberar, por exemplo:

- na redefinição de estratégias de acolhimento à população negra, em especial às mulheres negras;
- no desenvolvimento de ações para a aproximação física e cultural entre instituições públicas e essa população, atuando na eliminação de entraves que impedem o/a agente público/a de alcançá-la;

- na adequação da infraestrutura de serviços às necessidades da população negra;
- na busca de equiparação do tempo de espera para atendimento segundo raça/cor e sexo/identidade de gênero;
- na difusão e comunicação institucional do princípio da equidade para gestores/as, trabalhadores/as e para a população em geral, especialmente as mulheres negras. Divulgar e, sobretudo, introjetar o princípio da equidade nas políticas públicas é essencial para ampliar as estratégias de convívio com a diversidade humana e reconhecer a necessidade de superar as desigualdades dela derivadas que se apresentem no ambiente institucional.

Do ponto de vista da execução direta, assistentes sociais podem, no conjunto das equipes de trabalho:

- pautar, na instituição, a necessidade de promover deslocamentos físicos institucionais em direção a este grupo, cujo acesso aos serviços ofertados institucionalmente é comprometido ou sub-representado;
- atentar para a necessidade de alterar as formas de abordagem – considerando a necessidade de deslocamentos aos locais de moradia, onde se realizam abordagem individuais, alternando-se com atividades coletivas (grupais) que facilitem a troca de experiências e o agrupamento de questões vividas em comum;
- atentar para a necessidade de alterar a linguagem e se fazer compreender, considerando-se os baixos níveis de alfabetização/ escolaridade;

- dialogar com o vocabulário e as práticas que expressam as diferentes atitudes, crenças (inclusive religiosas)⁹ e preferências das/os usuárias/os, como formas de fortalecer sua autonomia;
- atualizar permanentemente informações sobre características da população segundo raça/cor e sexo/identidade de gênero – preferencialmente provocando essa questão como uma ação institucional e/ou da equipe;
- propor atividades conjuntas entre serviços e políticas setoriais do campo da seguridade social ampliada (como educação, habitação, lazer e emprego), na perspectiva de ampliar as possibilidades de atendimento;
- provocar a instituição quanto à necessidade de capacitação continuada (educação permanente) para as equipes, que incluam conteúdos de combate ao racismo institucional e acolhimento da diversidade. Ademais, é preciso fazer com que tais iniciativas resultem em metas de cobertura para grupos populacionais afetados/as pelo racismo, por exemplo;
- estimular a ampliação da representação negra, com equidade de gênero, nos diferentes mecanismos de participação e controle social nos diferentes setores das políticas públicas e nas três esferas de gestão;
- conhecer e incorporar, como ferramenta de trabalho, a legislação antirracista brasileira e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;

9 - “Neste sentido, o Estatuto [da Igualdade Racial] assegura a ‘prática de cultos, a celebração de reuniões relacionadas à religiosidade e a fundação e manutenção, por iniciativa privada, de lugares reservados para tais fins’, além da ‘fundação e a manutenção, por iniciativa privada, de instituições beneficentes ligadas às respectivas convicções religiosas’”. (MPPE, 2013, p. 27)

- colaborar e cobrar que se colem os dados de cor/raça nos sistemas de informação do SUS;
- consultar esses dados para inclusão da temática da saúde da população negra em atividades formativas a serem desenvolvidas com usuárias/os e lideranças de movimentos sociais nos territórios.

Essas são apenas algumas das inúmeras possibilidades de trabalho de assistentes sociais no combate ao racismo. Sabemos que essa não é uma tarefa que nos caiba exclusivamente do ponto de vista profissional. É uma tarefa por demais grandiosa e complexa, que requer inúmeros/as outros/as aliados/as. Porém, nos últimos 40 anos, nós não fugimos de tarefas complexas que nos colocam eticamente o horizonte da emancipação humana. Por que então fugiríamos dessa? Considero que o combate ao racismo sempre foi parte da luta por uma sociedade verdadeiramente igualitária e não é de agora que nossas entidades nos convocam para assumi-lo. Façamos então da trincheira do combate cotidiano ao racismo institucional nosso ponto de partida e saibamos que cada ação executada na direção de decodificar esse preconceito em nosso local de trabalho é, em si, uma contribuição essencial para essa grandiosa tarefa. Racistas não passarão!

Referências

GELEDÉS. Racismo institucional – uma abordagem conceitual. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2013. Disponível em: <http://www.onu-mulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf> Acesso em 20/04/2019.

IBGE, Pesquisa Educação 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf Acesso em 21/04/2019.

MARINUCCI, Roberto. Editorial. In: REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. Brasília: CESEM. v. 26, n. 53, ago. 2018. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/revista-interdisciplinar-de-mobilidade-humana/user-category/16-remhu/295-vol-26-no-53-brasilia-2018/6591-revista-interdisciplinar-da-mobilidade-humana> Acesso em 19/04/2019.

MMPE. No País do Racismo Institucional - Dez anos de ações do GT Racismo no MPPE. Recife: MMPE, 2013. Disponível em: <https://www.mppe.mp.br/mppe/images/Livro10web.pdf> Acesso em 20/04/2019.

UNESCO. Declaração das Raças da Unesco (18 de julho de 1950). Disponível em: http://www.achegas.net/numero/nove/decla_racas_09.htm Acesso em 19/04/2019.

EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS DE ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO

O site da campanha teve um espaço exclusivo (chamado “Combate no Cotidiano”), para que assistentes sociais pudessem contar, com suas próprias palavras, como enfrentam o racismo e abordam o tema no seu cotidiano profissional.

Por meio de um formulário, vários/as profissionais, de todas as regiões do país, relataram diferentes atividades promovidas sobre a temática, como oficinas, reuniões, rodas de conversa, eventos, entre outros.

Os relatos são importantes, não só porque reforçam que a categoria se engajou na campanha, mas também porque reafirmam o compromisso diário de assistentes sociais com seu Código de Ética contra toda forma de discriminação. Para este livro, os textos foram revisados, editados e organizados em ordem alfabética de acordo com a autoria. Algumas pessoas enviaram mais de um relato, que foram separados por tópicos.

Não importa se o/a assistente social enviou um parágrafo ou várias páginas de texto: o mais relevante é que os relatos demonstraram que a categoria está empenhada em olhar para o tema e, principalmente, enfrentar cotidianamente o racismo.



Agradecemos a estes/as profissionais que compartilharam sua experiência. As fotografias enviadas pelos/as assistentes sociais estão no site e não puderam ser reproduzidas na totalidade neste livro, em virtude da resolução. Por isso, optamos em fazer uma colagem digital com algumas delas, de forma aleatória, para ilustrar estas páginas.

DEPOIMENTOS

André de Menezes Gonçalves – Sousa/PB

Realizamos, nos dias 27, 28 e 29 de maio, a VIII Semana de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). O conteúdo dos debates (palestras e mesas-redondas) girou em torno do tema “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”. Destaque para a mesa realizada com esse tema, que contou com a participação das professoras Zelma Madeira (Universidade Estadual do Ceará) e Zuleide Queiroz (Universidade Regional do Cariri). O evento oportunizou reflexões e reafirmação do posicionamento ético contra o racismo em nossa sociedade.

Alynne Mayra Costa – São Paulo/SP

Trabalho no Núcleo Assistencial Anita Briza. Em 2019, atendi a “Sra. Y” (usei esse nome para preservar a identidade da usuária), mulher, negra, de 47 anos, beneficiária do Programa Bolsa Família.

Sra. Y reside com filhos/as e netos/as, todos/as ainda crianças, num apartamento da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) na Vila Brasilândia, zona norte de São Paulo (SP). No início do atendimento, percebi, pelo seu semblante e olhar, tratar-se de uma mulher que carregava consigo tristeza e sofrimento.

Sra. Y relatou que fora diagnosticada com vírus HIV, contaminada pelo seu ex-companheiro, pai de seus filhos. Residiu com o companheiro por

mais de 10 anos, após o diagnóstico, separaram-se, ele abandonou a família e nunca mais mandou notícias.

Sra. Y alegou que, quando soube da doença, “ficou sem chão” e, desde então, não conseguiu buscar ajuda médica, não contou para os familiares, amigos, pastor da igreja, pois temia julgamentos, isolamento e até a perda da guarda das crianças.

Toda esta situação piorou sua saúde, sentia-se deprimida, irritada, desanimada, sabia que as crianças percebiam o quanto ela estava debilitada, doente. Aquele atendimento teve um grande diferencial, uma vez que Sra. Y relatou toda sua história e, a partir de então, foi possível iniciar a intervenção profissional.

O que motivou Sra. Y se abrir? Na minha opinião: duas mulheres negras, em posições diferentes, sentadas frente a frente, ligadas pela ancestralidade, fez a diferença e reforçou o acolhimento.

Mas refleti também sobre a invisibilidade do corpo negro para as pessoas, para a sociedade, sobre qual tipo de atendimento, escuta, atenção foi dada a ela nos diversos serviços por onde passou, para ela chegar naquele estado físico e emocional?

Lembro-me dela repetindo a cada instante que não havia contado a ninguém, por medo de julgamento, pela falta de atenção. A confiança e a ligação dela por mim foram determinantes para o início de uma nova direção na sua vida. Ao término do atendimento, Sra. Y perguntou se podia me abraçar e disse que, sem aquele atendimento, não sabe o que seria da sua vida.

Após uma semana, retornou sorridente, relatou que iniciara o tratamento e reproduziu as falas das crianças “mãe, você está diferente, mais calma, sorrindo, não está gritando com a gente”.

Cíntia Cristina Bonsanto Rodrigues Ramos – Astolfo Dutra/MG

Havia chegado há poucos meses à cidade como concursada. Como havia realizado uma pós- graduação em que pude abordar a temática do racismo institucional, tão presente em nossas instituições, e depois de ter passado quatro anos trabalhando no Sistema Único de Saúde, me senti inquieta e desejava contribuir para mudanças dessa prática perversa.

Assim que entrei em meu local de trabalho, fiz mudanças em minha sala, para afirmar, a todos/as que recebessem atendimento, que ali seria um lugar de direitos, sem discriminação e livre de todo e qualquer preconceito de raça/etnia, de religião, de gênero, de orientação sexual, de classe. Não podemos nos silenciar, precisamos combater, eliminar o racismo!



Eliana Carmem da Silva – Volta Redonda/RJ

Realizamos debates sobre as relações étnico-raciais no Colégio Estadual Rondônia, em Volta Redonda. O público-alvo principal da ação foram as estudantes do curso normal, porém tivemos a presença de professores/as da rede estadual de educação.

A atividade contou, em primeiro tempo, com a discussão sobre o tema com especialista, seguida de oficinas de práticas pedagógicas e, por fim, um bate-papo com alunos/as do Coletivo Negro do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro (IFRJ/Campus Pinheiral).

A ação foi realizada no em 6 de novembro de 2019, em parceria do Co-



mitê Étnico Racial da Regional Médio Paraíba - Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, do qual faço parte, com o Núcleo Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (Neabi) do IFRJ Campus Pinheiral.

Elisabete Vitorino Vieira – João Pessoa/PB

Como assistente social residente em Saúde Mental, desenvolvi, no Centro de Atenção Psicossocial (Caps-3) de João Pessoa, como parte de um projeto de intervenção, uma roda de conversa com o tema Racismo e Saúde Mental.

Nela, debatemos o que é o Racismo e os impactos na saúde mental e contamos com a participação da psicóloga e do enfermeiro, ambos também residentes do Caps.

A roda de conversa teve início com a corrida dos privilégios, que consistia que, a cada resposta, os/as participantes tinham que avançar um passo, caso não tivessem sofrido situações de racismo em diversas situações e fases da vida. A atividade ocorreu em setembro de 2019 e teve boa adesão por parte dos/as usuários/as do Caps, como também pelos/as funcionários/as do serviço.

Geiciane Soares da Rocha – São Paulo/SP

Realizamos oficinas artísticas coletivas socioeducativas com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em Campo Limpo, zona sul de São Paulo.

No decorrer do processo, um adolescente participante da Oficina Socioeducativa foi assassinado pela Polícia Militar; esse episódio mobilizou não apenas a equipe técnica, mas outros adolescentes e jovens. A profissional que acompanhava o grupo provocou uma discussão sobre Violência do Estado/Violência Policial e, após a mesma, sugeriu que fosse escrito coletivamente o nome do jovem na parede do SMSE, onde já

tinha sido construído um desenho com favelas, representando o território do Campo Limpo.

No entanto, essa atividade não foi suficiente para responder às necessidades do grupo. Ao longo da atividade e também em outros momentos/dias, os adolescentes e jovens sentiram a necessidade de escrever seus nomes, pois compreenderam que poderiam ser os próximos a serem mortos ou presos.

Afirmaram, ainda, que as casas no desenho representavam sua “quebrada” e o prédios são onde os “playboy” vivem. Como essa temática causou muita angústia, ampliando a necessidade de discussão e construção de novas formas de resistência, principalmente quando um adolescente (que estava acompanhando, no dia da violência policial, o educando que faleceu, sofrendo inclusive a mesma, no entanto, conseguiu ser levado para o hospital para ser cuidado) começou a participar da atividade em grupo.

Ele ficou muito impactado, sentindo a necessidade de relatar para todos os participantes, antigos e os novos que entravam, o ocorrido e, como por um “milagre”, ele não tinha morrido junto do amigo. Como nova forma de resistência, o grupo deliberou que, para transformar o sofrimento e o verbo “luto” em “luta”, seria necessário construir um mural em memória a morte do educando que foi assassinado, uma vez que ele faz parte da história de construção do grupo.

Além disso, compreenderam que tem uma questão de identidade, uma vez que também vivenciam constantemente a violência policial, encarceramento em massa e o genocídio da população jovem, negra, periférica e indígena.

Gladston Ferreira da Silva – Ibiapina/CE

No dia 15 de maio de 2019, foi realizado o seminário em comemoração ao Dia do/a Assistente Social, tendo como temas centrais os seguintes: “Assis-



tentes sociais contra o racismo: se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro” e “As atribuições e competências do/a assistente social”.

Este evento foi organizado pela câmara técnica formada pelos assistentes sociais da Secretaria do Trabalho e Assistência Social (Setas), em parceria com a Prefeitura de Ibiapina. O evento teve como público-alvo todos/as os/as assistentes sociais do município e estudantes de Serviço Social das faculdades da região norte, além da rede socioassistencial.

Foi um momento importantíssimo para dialogarmos com a categoria sobre esse tema tão relevante e tão necessário para o nosso cotidiano. O conteúdo exposto foi baseado nos materiais disponibilizados pelo site da Campanha do Conjunto CFESS-CRESS.



Gicelia Almeida da Silva – Fortaleza (CE)

Como mulher, negra e moradora de periferia, considero que tardiamente tomei consciência sobre a dimensão do racismo. Infelizmente, nos idos de 2000, os debates sobre o racismo e suas implicações no cotidiano das pessoas e instituições eram restritos e invisibilizados.

Com isto, destaco a relevância de o Conjunto CFESS-CRESS manter a pauta como permanente. Tornar-se negra é um processo que exige ação coletiva e apoio permanente. Dessa maneira, dado que passei por situações sutis de racismo, que geraram em mim situações de sofrimento, e ainda apoiada pela ação do Conjunto CFESS-CRESS, que trouxe para pauta as bandeiras de luta da categoria, passei a realizar ações de educação em saúde, tendo como tema o racismo, em minhas atividades institucionais.

Destaco aqui as intervenções no grupo de família do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas do município de Sobral (CE), durante as ações do Dia da Consciência Negra de 2018. A atividade consistiu em uma roda de conversa sobre o racismo estrutural, junto a familiares de

usuários/as do Caps-AD. Utilizamos músicas, imagens de situações de racismo, além de falarmos sobre a lei antirracismo como fundamento legal.

Durante a atividade, tivemos depoimentos de sujeitos que identificaram situações de racismo (individual e/ou institucional). Esta atividade foi compartilhada com a equipe de saúde local, na busca de construir espaços de debate sobre a questão do racismo.

Foi apresentada também às turmas de Residentes de Saúde Mental e de Saúde da Família, ocasião em que também debatemos acerca da necessidade de dar continuidade a ações que tratem sobre o tema.

Dessa maneira, acreditamos que os/as profissionais de Serviço Social possuem espaços potentes para gerar reflexões sobre a pauta que implica o racismo, para nossos/as usuários/as, bem como para os/as colegas de trabalho. E a partir de então, processos de transformações.

Precisamos, para tanto, ampliar nosso repertório teórico-metodológico e ter coragem de romper os preconceitos com competência técnico-operativa. Este é um debate cada dia mais urgente. Esta atividade foi realizada com o apoio da assistente social Heliandra Linhares (gestora do Caps-AD de Sobral) e Wigna de Souza. Na época, eu fazia parte da quarta turma de Residência em Saúde Mental.

Grupo de Estudo das Relações Étnico-raciais no Serviço Social (Geress) – São Paulo (SP)

Nosso grupo nasceu em 2009, em São Paulo (SP), a partir da necessidade de estruturar e construir, no interior da categoria profissional, pautas antirracistas, que fomentassem o diálogo entre o projeto ético-político profissional, a formação e a pauta de luta do movimento social negro.

Em maio de 2019, em comemoração aos 10 anos do grupo, aconteceu

uma roda de conversa com o tema “Racismo Institucional: reconhecimento e impactos no trabalho dos/as assistentes sociais”, com a participação de Clélia Prestes, psicóloga do Instituto Amma Psique e Negritude e Daniel Teixeira, advogado do Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert).

A escolha do tema se deu em função da constatação do quanto o racismo institucional vem afetando a saúde mental das/os profissionais. O evento incluiu a exposição “Mulheres em Luta: Força e Pluralidade”, da fotógrafa Elisabete Maria Carlos Fitzgerald Furuya (Bete Nagô), com a curadoria da assistente social Cintia Neli, além de contar com a presença de membros do Comitê da Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, do CRESS-SP.

O resultado da atividade foi bastante positivo, em função da marcante presença de profissionais, algo novo para o grupo, a continuidade da participação de estudantes, o que demonstra o quão necessária e atual é a discussão racial e, por fim, o debate enriquecido por falas reveladoras da percepção do racismo estrutural e institucional presente nos espaços sócio-ocupacionais.

Ionara dos Santos Fernandes – Niterói (RJ)

Em 2016, eu trabalhava como assistente social em um projeto social da Rede Salesiana em Niterói (RJ) e, anualmente, havia uma festividade de comemoração do Dia da Consciência Negra.

Contudo, adolescentes meninos, em sua maioria negros, praticamente não gostavam de participar das atividades propostas no evento. E após diversas dinâmicas em grupo com a equipe de Serviço Social, sobre a política de segurança pública e a questão racial, elaboramos coletivamente uma apresentação para a comemoração. Nove adolescentes participaram da atividade, que foi dividida em dois momentos. No primeiro,

um dos adolescentes compôs um rap (letra abaixo) e cantou durante a apresentação, e os demais encenaram a música.

Depois, todos eles dançaram o funk “De ladin”, do Dream Team do Pas-sinho, e ao longo da coreografia, eles foram mostrando os cartazes que confeccionaram sobre figuras públicas negras e chamadas de reportagem com pessoas negras. Finalizaram a apresentação com a frase: “lute negro”.

A atividade teve como objetivo refletir sobre suas vidas, enquanto jovens negros e moradores de favela, fortalecendo a resistência coletiva através da cultura, potencializada no rap e no funk.

Conheça o “Som da Liberdade”, criado por um adolescente negro de 15 anos de idade. Atualmente, este adolescente se apresenta em diversas rodas culturais e batalhas de rap da cidade.



“É mais um negro crescendo e mais uns cinco morrendo. É isso que no Brasil está acontecendo, mas assim eu tento mudar a realidade de pouco em pouco mudando a nossa cidade. E agora eu te mostro, o que é rap de verdade e sigo na humildade. Vem comigo e muda esse é o som da liberdade, porque o negro merece seu lugar na sociedade. Chega mais e deixa eu te explicar, porque a sociedade quer nos calar. Porque eu não fico de vadiagem entretanto, tem policial que fica de pilantragem. E eu tô cansado disso e eles pensam que isso me engana porque é ruim demais ver alguém de preto te seguindo quando você entra na ‘Americanas’. É algo completamente horrível e você acha que está tudo bem, mas é repugnante quando te tratam como um ninguém. Vem comigo e muda esse é o som da liberdade porque o negro merece seu lugar na sociedade. Acaba o beat e eu falo essa é para todos os negros que mor-



reram e eu falo que foi sofrido. Mas não é porque eu sou negro que quer dizer que eu sou bandido” (H.G.B.A, 15 anos).

Juniele Silva dos Santos – Colatina (ES)

Desde o início do meu trabalho como técnica de referência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), realizado no Cras de Colatina (ES) em 2018, venho realizando o trabalho com dois grupos de crianças e adolescentes, juntamente com os/as educadores/as sociais, buscando trabalhar a temática da Igualdade racial e do racismo.

Durante os encontros semanais, já realizamos o Jogo do Privilégios, a confecção das Bonecas Abayomis, discussão sobre o lápis “cor de pele”. Além disso, discutimos com os/as adolescentes sobre o uso de termos e palavras de cunho racista, que deveriam ser abolidos do nosso vocabulário. Fizemos também uma espécie de jogo “cara a cara”, apenas com personalidades negras. Nesses encontros, também surgem diversas oportunidades e questionamentos sobre o tema. A maioria das crianças que participam dos grupos são negras e percebemos que essas atividades têm levado a uma reflexão sobre as suas realidades.

Karina Mendes Vicente Ramos – Cachoeiro de Itapemirim (ES)

Este relato se trata de um projeto de intervenção realizado pelas residentes de Serviço Social do Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim (ES), no Dia do/a Assistente Social, para falar da história da profissão, as pautas que defendemos e debater sobre a campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”.

Usamos como base a ilustração criada por Arthur Bispo do Rosário, apresentada na capa do Código de Ética do/a Assistente Social. Trabalhamos com palavras que expressam as lutas da profissão e que pudessem gerar um debate de total compreensão da população usuária do SUS, que acessa a instituição na qual estamos inseridas.

A equipe de residentes em Serviço Social realizou a atividade nos quartos dos/as usuários/as internados/as, inicialmente contando sobre a história da profissão, enfatizando o momento da virada em que assumimos uma defesa da classe trabalhadora (explicando em detalhes o que é esta categoria e refletindo sobre a necessidade de nos reconhecermos como parte dela).

A partir disso, entregamos palavras aos/às usuários/usuárias, para apresentarem suas próprias concepções sobre os temas que queríamos debater, os quais giravam em torno do combate ao racismo e qualquer outro tipo de opressão, direitos da classe trabalhadora e o compromisso do Serviço Social com os/as usuários/as.

Em todos os quartos, os debates foram incríveis e a maioria dos/as usuários/as participantes passou a se apropriar do termo classe trabalhadora e, ao falar sobre o racismo, os/as negros e negras se posicionavam, contando suas experiências cotidianas, reforçando, direta e indiretamente, o racismo estrutural que atravessa a sociedade.

Laura Fabiana da Silva Caliento – São José da Coroa Grande (PE)

Sou assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), instituição que traz em sua política institucional os núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas (Neabi) e núcleo de estudos sobre gênero e diversidade (Neged).

Trabalhando nos dois núcleos, desenvolvemos diversas ações, dentre elas: campanha de valorização da beleza de adolescentes negras, por meio de exposição de fotografias de estudantes negras nas redes sociais da instituição; Semana da Consciência Negra, com debate sobre África com professores de Moçambique que fizeram intercâmbio no campus; semana da diversidade, com oficinas de percussão, dança e turbantes; visita a quilombo de cidade circunvizinha; palestra de representante de



rede de mulheres negras do estado; debate sobre a presença do negro nos quadrinhos.

Semestralmente, organizamos um calendário de ações, para que a questão racial seja trabalhada sistematicamente no campus.

Leticia Boaventura – Capivari (SP)

O Cras Conviver, de Capivari (SP), cidade do interior, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Social, participou da campanha “Assistente Sociais no Combate ao Racismo”.

As ações foram desenvolvidas nos grupos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por meio de rodas de conversa e debates, depoimentos, valorização da cultura afro-brasileira, oficinas realizadas em grupo, além da confecção da boneca africana Abayoni.



Para finalizar, foi realizado o Fórum Assistente Social no Combate ao Racismo, em que convidamos os/as profissionais da Educação, Saúde, Creas e outros, para discutirmos e reafirmar nossa luta e compromisso na efetivação na garantia de direitos no combate ao racismo.

Lilian Rosa Silva – Campo Grande (MS)

Desde minha formação, trabalho no terceiro setor, local onde sempre desejei estar, em uma comunidade negra quilombola urbana, a Associação Familiar da Comunidade Negra (AFCN). Nela, por muito tempo, existiu um projeto social de nome Curumim Pé de Ouro, instituição onde atendia aproximadamente cem crianças do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos proteção social básica.

Todas as atividades eram em torno da sensibilização sobre identidade, direcionadas para as crianças e suas famílias do território. Foram realizadas oficinas de pintura em telas, rodas de conversa, brincadeiras lúdicas, oficinas de percussão, entre outras atividades, pelas quais muitas crianças

tiveram oportunidades de excelentes apresentações culturais, juntamente com a equipe de educadores/as sociais, e puderam guardar, com muito carinho e boas recordações, troféus medalhas e, sobretudo, o reconhecimento de um trabalho que foi realizado com muita dedicação.

As músicas e toda a vestimenta foram voltadas para dança afro, turbantes, pintura facial e adereços. Participei, levando informação sobre um trabalho feito diariamente sobre temas muito importantes de combate ao racismo, como protagonismo e empoderamento de meninas e meninos se reconhecerem como cidadã/ãos de grande valor na sociedade. Ocorreram também desfiles, apresentações debates e encontros com as lideranças do movimento negro e demais comunidades.

Lucelia Bispo, Luiza Rosa Santana e Nayhana Calandrine – Campo Alegre (AL)

A partir do Curso de Extensão da Questão Étnico-racial, ofertado pelo CRESS-AL, realizamos, nos meses de julho e agosto de 2019, em Campo Alegre (AL), oficinas de debates sobre o papel dos/as profissionais do Suas e a Questão Étnico-racial, com profissionais que compõem os Cras e do Programa Criança Feliz.

O objetivo das oficinas foi promover discussões sobre o racismo institucional, possibilitando a análise da questão étnico-racial na atuação profissional dentro do âmbito do Suas, sensibilizando os/as profissionais em busca de oferecer à população usuária que procura os serviços na Proteção Básica do Suas, um atendimento cada vez mais qualificado, respeitando as diferenças.

No primeiro momento, além da presença de profissionais que integram as equipes do Cras Sede e de Luziapolis e de visitadoras do Programa Criança Feliz da sede, contamos com a presença da diretora da Escola de Ensino Fundamental João Paulo II, Silvia Christiane Lima de Almeida, sendo realizada articulação com esta unidade de ensino, visando à parceria

no desenvolvimento de ações posteriores com o público infanto-juvenil.

Os encontros possibilitaram aos/às profissionais compartilhar experiências, refletir sobre as práticas cotidianas e comportamentos discriminatórios resultantes da ignorância e de estereótipos racistas, fazendo parte das lutas diárias que buscam colocar pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de equidade no acesso aos serviços, programas e benefícios existentes na assistência social municipal.

Realizamos também um projeto de combate ao racismo com público infanto-juvenil, na faixa etária de 11 a 13 anos, acompanhados pelo SCFV, núcleos Sede e Cha da Imbira.

As atividades tiveram como objetivo conhecer a realidade dos/as jovens envolvidos/as, assim como entender a concepção dos/as mesmos/as sobre o preconceito e discriminação, fazendo uso da exibição de documentários, curtas-metragens, rodas de conversa e aplicação de questionários sobre conceitos e como eles se enxergam diante da temática. Possibilitamos, com isso, reflexões sobre comportamentos e atitudes preconceituosas e racistas, buscando a construção de relações de respeito e afeto mútuo.

Luciane de Cássia Souza – Natal (RN)

A experiência que relato ocorreu no Centro de Referência para pessoas em Situação de Rua (Centro-pop) de Natal (RN). Trata-se de um projeto de intervenção de Estágio Supervisionado 2 do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) chamado “Perguntar a cor não ofende: a importância do debate étnico-racial do trabalho profissional junto à população de rua”, do estudante Luis Inácio da S. Medeiros, sob minha supervisão.

Realizado entre fevereiro e maio de 2019, o projeto consistiu em três ati-

vidades: 1ª - A inclusão do quesito raça/cor nos prontuários elaborados para admissão de usuários/as novos/as no serviço; 2ª - Roda de Conversa, facilitada pelo assistente social João Paulo Diogo, com a equipe multidisciplinar, sobre a importância da coleta de dados sobre raça/cor na política da assistência social; 3ª - Roda de Conversa com a população usuária do serviço, em que foi exibido um vídeo, ilustrando os dados sobre as desigualdades entre negros/as e brancos/as no Brasil. Foi possível provocar os/as participantes a falarem sobre preconceito racial e discriminações presenciados e/ou vivenciados.

Nessas ações, percebemos que há dificuldade, entre os/as trabalhadores/as (usuários/as e equipe multidisciplinar), de se reconhecerem como negros e negras. Segundo a nossa avaliação, isso ocorre devido à associação negativa que a construção cultural impõe sobre a cor negra. Exem-



plo: “serviço de preto” (sinônimo de incompetência); “branco correndo na rua está atrasado, preto correndo na rua é ladrão” (associação a crime); entre outras expressões.

Avaliamos também que o forte caráter do racismo institucional marca a política de assistência social, com o desfinanciamento e a precarização das condições de trabalho que atingem majoritariamente as pessoas negras e pobres.

Luciene Gustavo Silva – Niterói (RJ)

Este relato tem como objetivo compartilhar a contribuição e a participação no projeto de intervenção promovido por meio de oficinas (turbanetes e boneca Abayomi), exposição de pôsteres, cartazes e jornais.



Realizado por estudantes do Serviço Social no Centro Universitário Anhanguera – Niterói, no Dia da Consciência Negra em 2019, em consonância com a campanha “Assistentes Sociais no combate ao Racismo”, a convite do professor Reinaldo da Silva Guimarães.

Nossa ação buscou impulsionar os/as alunos/as para um olhar direcionado para a práxis profissional, conforme o projeto ético-político. Foram abordados temas como: mulher negra e a violência obstétrica, racismo virtual, o negro no trabalho, reconhecimento de identidade, colorismo, ações afirmativas, cultura afro-brasileira, entre outros.

Além disso, buscamos sensibilizar as pessoas em relação às questões raciais, apresentando essas temáticas não só a estudantes de Serviço Social, como também ampliar esta reflexão para estudantes de outros cursos da instituição.

Destaco que a campanha fez parte do meu processo de formação, o que resultou na elaboração e apresentação do trabalho de conclusão de curso, abordando a cultura afro-brasileira com recorte na capoeira como elemento para fomentar a “Afrocidadanização”, e sigo no combate ao racismo, com publicação de livro e de artigos, oficinas e palestras direcionadas ao debate Racial.

Luise Lima Fonseca dos Santos – Maceió (AL)

Sou assistente social da Unidade de Internação Feminina (UIF) de Alagoas, onde acompanhamos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Na unidade, fomentamos cotidianamente, por meio dos atendimentos sistemáticos e assistemáticos e dos projetos desenvolvidos na UIF, as descobertas de suas origens, empoderamento cultural, social, reconhecimento enquanto detentoras de direitos, sendo importante destacar que o público atendido é, em sua maioria, de adolescentes negras, oriundas dos bairros periféricos.

A temática do combate ao racismo vem sendo discutida ao longo da existência da UIF a partir da banda de percussão Afrodara, que contribui para que as jovens se reconheçam como negras, não apenas pela cor, mas pela questão histórico-cultural, por meio das aulas, rodas de conversa, aulas de campo na Serra da Barriga, além de apresentações da banda no Dia da Consciência Negra.

Após participação no Curso de Extensão do CRESS-AL, com a construção de um projeto de intervenção com essa discussão, estamos realizando novas atividades com as adolescentes, trazendo as biografias de pessoas negras de destaque na sociedade de uma forma geral, mostrando que o povo negro era, e ainda é, marginalizado.

Com isso, buscamos despertar nelas o interesse em serem multiplicadoras de ações de combate ao racismo, além de reconhecerem suas ancestralidades, para que possam verdadeiramente e firmemente não serem vítimas de situações de preconceitos étnico-raciais, tampouco, praticantes.

Paula Siqueira Costa – Careiro Castanho (AM)

Sou militante e diretora do Departamento de Gestão do Suas (DGSuas), da Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas) e, quando se fala que nós, pessoas negras, somos minoria, afirmo: nós não somos! Dados do IBGE apontam que somos pretas ou pardas 55,8% da população brasileira.

Como moradora do Careiro Castanho, eu lidero o movimento ‘Promotoras Legais Populares’ no município, que fica a 88 quilômetros ao sul da capital, Manaus, e ainda trabalho localmente com a questão de gênero. É algo ético mesmo, que nós, assistentes sociais, devemos combater (o racismo) e ser antirracista.

Precisamos fazer correções no processo histórico, afinal, no que se refere a ocupar espaços de poder, por exemplo, somos apenas 30%. Então,



cada espaço que uma mulher negra e pobre ocupa é um momento em que precisamos parar e refletir: até que ponto avançamos? O que ainda precisa ser construído?

Na minha adolescência, eu vivenciei o racismo na escola, mas tratei de uma forma bem tranqüila, dizendo: 'olha, você não precisa gostar de mim, mas tem que me respeitar'. E, infelizmente, na fase adulta, já trabalhando como assistente social, quando assumi uma secretaria, eu senti da forma mais doída o racismo, quando a equipe de trabalho não entendia o meu papel ali (em uma posição de chefia).

Quando você se depara com o racismo nos bairros e na escola, está lidando com pessoas que não tiveram a mesma formação (no Serviço Social), mas quando você está em um ambiente institucional, onde a premissa é o Código de Ética e a formação, e se depara com outro/a colega



com o mesmo nível de ensino superior te cerceando (por preconceito), fica o questionamento: o quanto ainda precisamos fazer?

Como assistente social, quando atendo os/as usuários/as, eles/as se identificam comigo. Porque quando se trabalha a questão do racismo, não vem em um pacote fechado. Nós estamos contra o racismo, o machismo e a homofobia. E a política de assistência social é uma porta aberta, porque é, justamente, com os/as nossos/as usuários/as que vamos tratar esse processo da política afirmativa.

Priscilla Coronel da Silva – Uruguaiana (RS)

Como assistente social Coordenadora do Nuress Uruguaiana, visando a mobilizar a categoria em nosso município, pautando a bandeira de luta do Conjunto CFESS-CRESS de combate ao racismo, e em parceria com o Movimento Negro de Uruguaiana (MNU) e com o Fórum Permanente de Promoção da Igualdade Racial, realizamos, em 2018 e em 2019, duas formações sobre a questão de raça, gênero e preconceito.

Em 2018 desenvolvemos um painel sobre a população negra no Brasil, com uma retrospectiva histórico-cultural, os efeitos do racismo no âmbito pessoal e social. Contamos com a fala da representatividade negra do município, como o Neab, professores/as e militantes da questão racial. O evento contou com assistentes sociais e estudantes em Serviço Social, entidades, bem como o público interessado no tema.

Já em 2019, dando sequência à mobilização e ao combate à questão do racismo, articulamos uma roda de conversa sobre O Protagonismo das Mulheres Negras.

As mulheres negras protagonizaram falas pertinentes às suas lutas e batalhas sobre a questão do preconceito, racismo, violência contra a mulher, saúde da mulher negra e inserção da mulher na política.

Palestrantes como a coordenadora de catadores e catadoras, socióloga e ativista social étnico-racial e de gênero, professores/as da rede pública de ensino, médicas/os, psicólogas/os e assistentes sociais enriqueceram o diálogo.

Na oportunidade, contamos com o público da comunidade escolar em que foi realizado o evento, no Instituto Paulo Freire na União das Vilas, famílias usuárias do Cras e profissionais da saúde e assistência social. Sem dúvida, esses espaços nos trouxeram reflexão acerca da questão do preconceito e racismo existentes em nossa sociedade.

Pollyanna Labeta lack – Vitória (ES)

Atuo na Subgerência de Formação e Pesquisa (Sufop) do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Estado do Espírito Santo (Iases) e, por perceber a necessidade de reflexão sobre a temática, propusemos o curso intitulado “A Questão das Relações Étnico-Racial e a Política de Socioeducação”.

O curso, que teve como objetivo geral oferecer subsídios para a inclusão e fortalecimento do debate da questão étnico-racial, contribuindo para uma formação profissional antirracista, reconhecendo o significado sócio-histórico do debate e sua estreita relação com a política de socioeducação, possuiu uma carga horária de 40h e teve a participação de 50 servidores/as do Instituto, sendo eles: agentes socioeducativos/as, assistentes sociais, pedagogos/as, psicólogos/as, assistentes jurídicos e gestores/as.

Entre os objetivos específicos, estão “evidenciar a necessidade sócio-histórica do debate da questão étnico-racial, com vistas a impulsionar a criação de análise crítica sobre a seletividade do público da política de socioeducação”; “estimular a produção de conhecimento sobre o fazer profissional na socioeducação e sua relação com o debate étnico-racial”; “contribuir para que os/as servidores/as tenham uma visão ampla de seu papel no combate ao racismo e na violência institucional; “promover a humanização do atendimento aos/às adolescentes e jovens em cumprimento e/ou egressos de medidas socioeducativas”; entre outros.

No curso, são abordados conteúdos como “emergência da noção de raça, etnia, identidade e racismo”; “a construção histórica das ‘Classes Perigosas’: operacionalizando o racismo desde a diáspora africana”; “O racismo e suas manifestações na sociedade brasileira na contemporaneidade, como racismo estrutural, institucional, recreativo, religioso, etc.”; “Estatuto da Igualdade Racial Políticas Públicas, canais de denúncia e Ações Afirmativas”; “A Política de Segurança Pública e o Racismo”; “A questão étnico-racial e a política de socioeducação” etc.

Os/As professores convidados/as são pesquisadores/as, docentes de universidades, conselheiros/as de direitos e de conselhos profissionais, gestores/as de políticas públicas e servidores/as das políticas públicas setoriais. Quem participou avaliou positivamente, como vemos nos relatos a seguir:

Renata Lopes Pinto Ribeiro - "Foi uma formação para a vida e também um dos debates mais ricos de que já participei no lases. Os exemplos e as dinâmicas experimentadas junto com os/as colegas nos permitem enriquecer as práticas da socioeducação".

Miriam Barbosa - "A escolha dos/as professores/as para ministrar as aulas foi de fundamental importância para o enriquecimento do debate, não apenas pelo domínio do assunto, mas pela experiência pessoal de cada um".

Andressa Veloso - "Um curso histórico. Uma aula histórica!".

Esdras Roberta - "Que aula! Conhecimento, intensidade e contexto! Que tenhamos mais com o mesmo nível histórico e pedagógico. Esperamos que este contribua para a eliminação do racismo no sistema socioe-



ducativo e nos impulsiona na promoção dos direitos humanos dos/as adolescentes e jovens sujeitos desta política e suas famílias”.

Ricardo Vieira de Oliveira Santos (Vos) – São Paulo (SP)

Multiplicação de “Peixinhos” > Uma das ações trata de atividade socio-educativa realizada em setembro de 2018, em articulação com a turma “Embaixada do Santos Futebol Clube”, em São Paulo (SP), por meio do projeto “Multiplicação de Peixinhos”. Realizamos uma passeio com as crianças e adolescentes dos Abrigos da Casa Verde (Zona Norte da cidade), que contou com diversas atividades: visita à concentração do elenco do Santos, visita ao Museu do Futebol (monitorada por historiadores santistas), lanche e brindes, assistimos a um jogo de futebol profissional (Santos FC x Vasco) no estádio do Pacaembu juntos com torcida organizada.



Depois, finalizamos a atividade com uma roda de conversa sobre futebol e preconceitos. Nela, abordamos a história do futebol brasileiro, que sabemos que contém, ao longo de quase um século, os registros de episódios marcados pelo racismo institucional.

As crianças e adolescentes ainda se impressionaram ao descobrir que os negros já foram proibidos de jogar bola em muitos times no início do século 20. Perceberam o machismo, pois as mulheres, desde os primeiros anos de futebol nacional, também lutam para poder participar do esporte e combater o racismo e machismo.

Violência policial > Em março de 2019, nos reunimos com o grupo de famílias e adolescentes do Serviço de Medida Socioeducativa da Vila Sônia. Participaram, além das famílias de alguns/algumas dos/as adolescentes atendidos/as, representantes do Creas Butantã, estudantes de Serviço Social e pessoas das comunidades dos bairro adjacentes.

Debatemos no encontro a violência policial que ocorre em todo o Brasil, em que a polícia mata milhares de jovens negros/as e periféricos/as e que, na maioria das vezes, resulta em arquivamento dos casos.

O debate ocorreu a partir do filme que sugeri, Auto de Resistência (Brasil, 2018), que mostra a situação de mães cariocas que perderam seus filhos para a violência que acontece rotineiramente nas favelas do Rio de Janeiro.

Convidamos representantes do movimento Mães de Maio, Fran e Débora, para conversar sobre o tema, tendo em vista que elas percorrem todo o Brasil em busca de justiça pelas mortes de jovens periféricos desde maio de 2006.

O documentário foi produzido com a intenção de nos mostrar o quão

grande é a luta das famílias e enfrentamentos para obter justiça diante dos casos de assassinatos cometidos pela polícia. Um dos dados trazidos pelo filme é de que 98% dos inquéritos foram arquivados e, com isso, percebe-se como nossa justiça é falha e extremamente racista.

No momento em que abrimos o debate para adolescentes e famílias, foi perceptível o quão perplexos/as ficaram com os números e desfechos dos casos trazidos pelo documentário. Algumas pessoas, usuárias do serviço, trouxeram suas próprias vivências.

A reunião provocou a reflexão de cada pessoa que estava ali presente, mostrando a indignação das famílias, racismo, violência na quebrada, trazendo relatos de pessoas que já vivenciaram situações parecidas com o que foi mostrado no filme, provando que a violência policial está presente nas periferias de todas as cidades do Brasil.

Outro ponto que gerou debate foi a forma com que os advogados defensores dos policiais acusados se posicionam diante das situações postas no filme, e também por saber que a maioria dos/as responsáveis pelas mortes de jovens negros/as periféricos/as ficam impunes, continuam trabalhando normalmente e possivelmente fazendo outras vítimas.

Com isso, vemos a importância de fazer o debate para as famílias que, muitas vezes, são injustiçadas por conta da violência policial no local onde moram e são coagidas a assistir tudo isso caladas, tendo os seus direitos mais básicos negados por aqueles que, supostamente, deveriam proteger a sociedade.

Outro ponto bastante importante para reflexão é a questão do combate ao racismo, que deve ser um trabalho social feito por todos, sempre alertando a sociedade das diferentes formas de racismo que são praticadas no dia a dia e que estão culturalmente enraizadas na sociedade como



racismo institucional, violência policial e ataque movimentos sociais.

Visita a museu > Realizamos um projeto de intervenção, em parceria com o Coletivo Negro Minervino de Oliveira, no Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Saica), cujo objetivo foi conversar com as crianças e adolescentes sobre a história dos povos negros e os aspectos dos universos culturais africanos e afro-brasileiros, abordando temas como a religião, o trabalho, a arte, a escravidão, entre outros.

Vinte crianças e adolescentes tiveram a oportunidade de visitar o Museu Afro Brasil, por meio do projeto "rolê". A iniciativa foi do movimento negro, em articulação com a equipe técnica Saica. Para as crianças, o passeio foi uma diferença nas rotinas do abrigo. Uma criança, quando questionada sobre o que mais gostou, não hesitou em falar: "representação da minha religião da umbanda". A criança do serviço de acolhimento, de



Dentre a metodologia do planejamento do Serviço Social, houve um espaço para reunião com os/as 27 assistentes sociais, para trabalhar o tema “preconceitos”: juventude e lei sob a vigilância do Estado Penal; a questão dos “rolezinhos” e preconceitos sociais e raciais.

Fizemos uma “colcha de retalhos”, toda costurada à mão, utilizando agulhas e fios, possibilitando assim que cada um/uma bordasse a sua própria história, ações e intervenções. A técnica de costura que trabalha a união de diversos retalhos um a um, podendo dar origem a desenhos multicoloridos, que foram compondo a colcha.

Nesta ocasião, nessa atividade, aproximamos os/as sete assistentes sociais negros e negras para trocarem experiências de ações de combate ao racismo nos polos de música do Guri nas periferias de São Paulo.

O resultado deste processo foi um colorido e diversificado manto, que deu a possibilidade de materializarmos no lúdico o invisível que tem aquecido com retalhos de histórias de vidas, tecidas pelo fio de cada

exercício profissional das/os assistentes sociais na instituição. Finalizamos a intervenção com a apresentação da colcha de retalhos na jornada.

Sandra Santos Costa – Ibiam (SC)

Bullying x racismo > Em abril de 2019, realizamos um trabalho pelo Centro de Referência em Assistência Social de Ibiam (SC), em conjunto com a Secretaria de Educação, que culminou na realização de uma palestra sobre o bullying, direcionada a pais e mães de estudantes das escolas Eliziane Titon, E.E.B. Heriberto Hulse e CEI José Atílio Grassi, no dia da Família na Escola.

Na oportunidade, além de trabalhar o bullying, suas implicações e a participação da família para combater esse tipo de violência, também abordamos a diferença entre bullying e racismo, sendo essa uma “confusão” muito comum quando se aborda essa temática.

A mensagem final foi de que bullying é uma forma de violência, sendo necessária uma abordagem ampla, que envolva o corpo escolar, a família, o/a agredido/a e os/as agressores/as, além de assistência psicológica e jurídica, visando a promover uma mudança social, conforme a Lei nº 13.185 de 2016, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

Já o Racismo é crime, conforme a Lei 7.716/1989 e deverá ser encaminhado às providências cabíveis. Apontamos também que, na infância, o racismo é sinônimo de maus-tratos, desumanidade e crueldade, o que precisa ser combatido em todos os âmbitos, sendo a família e a escola espaços privilegiados para combater e educar nossas crianças e famílias sobre o tema.

Oficinas > Realizamos um projeto de intervenção no programa Rito/Jovem Aprendiz, do Centro Cultural Escrava Anastácia, em Florianópolis (SC). A realização do projeto de intervenção é atividade obrigatória no curso de Serviço Social da UFSC.

O projeto de intervenção abordou a questão do racismo e da discriminação étnico-racial e os desdobramentos no cotidiano dos jovens, principalmente no acesso aos seus direitos básicos. Visou a trabalhar o fortalecimento da autoestima da juventude das comunidades empobrecidas da Grande Florianópolis; facilitar a compreensão e a reflexão sobre o tema questão racial e seus desdobramentos; fomentar a discussão e participação dos jovens em diferentes espaços (conselhos, coletivos, etc.); informar sobre leis relativas as ações afirmativas.

Foram realizadas quatro oficinas com 82 jovens de 14 a 22 anos. As oficinas contaram com materiais audiovisuais, explanação da temática, roda de conversa e material informativo, além de trabalhos em grupos com elaboração de cartazes, apresentação dos mesmos e avaliação da temática trabalhada com a presença do Coletivo de estudantes negros/os da UFSC (Coletivo Kurima).

A experiência permitiu apreender a percepção dos/as jovens quanto ao seu pertencimento étnico-racial, demonstrou a falta do debate do tema nas diferentes instituições e espaços de socialização, sendo alguns dos exemplos o trabalho, a comunidade e a escola.

Simony dos Remédios Dornelas Santos – Senhora dos Remédios (MG)

Realizei uma palestra para um grupo de cerca de 30 jovens que fazem parte do Parlamento Jovem. O tema trabalhado foi 'Discriminação Étnico-Racial' e eu, assistente social do Cras do município, abordei o subtema Desigualdade socioeconômica.

Suelma Inês de Deus Branco – São Caetano do Sul (SP)

Campo de estágio > Faço parte do Grupo de Estudo das Relações Étnico-raciais no Serviço Social (Geress) e da Soweto Organização Negra, coletivo do movimento negro que há 26 anos desenvolve ações antirracistas em São Paulo (SP), incluindo ações utilizando os pressupostos te-

óricos metodológicos de Paulo Freire, com estudantes do ensino médio à pós-graduação, das diversas partes do país e também com estudantes internacionais.

Em 2018, a Soweto abriu campo de estágio na temática étnico-racial. Posso afirmar que a experiência foi bastante desafiadora e, ao mesmo tempo, gratificante, pois levar estudantes de Serviço Social a entenderem e vivenciarem como o racismo se estrutura na sociedade e nas instituições foi nosso desafio, contando sempre com o Geress nas reflexões e acompanhamento das atividades.

Estudantes brancas e negras puderam vivenciar situações que, muitas vezes, não são debatidas em sala de aula, mas importantes para a intervenção profissional. Conhecer a luta do movimento negro e do movimento



de mulheres negras, entender como vivem e os problemas enfrentados pela população de imigrantes e refugiados/as dos países africanos e do Haiti, conhecer outras instituições que trabalham como rede de apoio a essa população, apreender como se manifesta o racismo na sociedade brasileira, foram algumas das atividades desenvolvidas.

Simpósio > A Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul (FAPSS-SCS) realiza anualmente atividades extracurriculares, entre elas simpósios e semana acadêmica. Em 2018, o Simpósio ocorreu no dia 1º de outubro e teve como tema “Os 30 anos da Constituição Federal de 1988 e os desafios nas lutas contemporâneas: a questão étnico-racial e a diversidade sexual”.



As convidadas para o debate foram as assistentes sociais Márcia Eurico, coordenadora do Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) Gênero, Sexualidade, Raça-etnia e Geração da Abepss, e Cíntia Spíndola Luciano, pesquisadora no Projeto Trans Nacional, e Thaís Azevedo, militante LGBTI, orientadora socioeducativa no Centro de Referência e Defesa da Diversidade de São Paulo.

A inclusão da temática étnico-racial na grade curricular e nas atividades de extensão é uma prática adotada pela FAPSS-SCS, alinhada com as diretrizes curriculares da Abepss, com o projeto ético-político profissional e com o movimento de luta antirracista.

Tabatta Silva dos Santos – Itaboraí (RJ)

Itaboraí – Tive a oportunidade de ser convidada para participar do projeto sobre o mês da Consciência Negra em duas escolas municipais em Itaboraí (RJ), sendo que, em uma dessas, eu pude colocar em prática um projeto que desenvolvi, chamado “Meu cabelo, minha identidade”, que tem por objetivo a valorização e exaltação da beleza e cultura afro-brasileira.

Como foi uma unidade escolar do segmento fundamental, apresentei a história “Bonecas da Vó Maria”, disponível na internet. A história traz a valorização da cultura e exalta a beleza da população negra passada de geração a geração por meio da sua matriarca.

Já na segunda unidade escolar, participei de um evento mais amplo, denominado Afrofest, que foi uma tarde de comemoração ao Dia da Consciência Negra. No evento, tive a oportunidade de fazer parte da comissão julgadora do Desfile Afro Feminino e Masculino, além das apresentações e realizações de vários trabalhos sobre a cultura afro.

É muito transformador e gratificante poder ver no olhar das crianças, principalmente, e de todos os atores envolvidos, como esse movimento

de combate ao racismo se faz necessário. Podemos concluir que, após esse debate, existe um sentimento de identificação e pertencimento à cultura afro-brasileira.

Tanguá – As ações que relato fazem parte da terceira edição do projeto que começou a ser implantado em novembro de 2019 na Escola Municipal de Mutuapira, em Tanguá (RJ).

Realizamos oficinas de turbantes e de leitura de histórias, e também um desfile com a música da Mc Sofia (menina Pretinha), tudo com o objetivo de exaltar e valorizar a cultura do povo afrodescendente.

Em seguida, organizamos uma ação para a Biblioteca Comunitária Conceição Maria Lopes, na cidade de Itaboraí, mas a falta de infraestrutura do espaço nos chamou a atenção.

Logo na minha chegada a esse espaço, as crianças demonstraram-se interessadas no que eu tinha para oferecê-las. É importante pontuar que essas crianças estavam em situação de vulnerabilidade social, realidade que me impactou bastante, pois como iria retratar a questão da autoestima, sendo que essas crianças, muitas vezes, não tinham nem o que comer?

Diante disso, a metodologia foi toda adaptada para esse espaço: no primeiro momento, relatei as minhas vivências, focando na questão de ser integrante de uma família com raízes afrodescendentes e abordando as questões de luta. Num segundo momento, utilizei fragmentos da música “Preto Ferreira”, de Martinho da Vila, e fechamos com a oficina de desenho realizada somente com papel ofício, lápis de cor e linha de lã.

O principal objetivo dessa oficina foi retratar suas percepções fenotípicas na tentativa de aceitar nosso corpo, nosso rosto, nosso cabelo. Foi



muito gratificante realizar esse projeto, pois essa experiência me demonstrou que “não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente, mas o que melhor se adapta às mudanças”, como diria Charles Darwin.

Sendo essa uma característica de resiliência e resistência da população brasileira, sobretudo da população Negra. Sou muito grata por esse espaço propagar práticas inspiradoras.

Tales Willyan Fornazier Moreira – Guará (SP)

No dia 13 de dezembro de 2018, o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de Guará (SP) realizou a ação comunitária sobre o dia da Consciência Negra. Nos últimos tempos, temos buscado alargar a perspectiva de atuação sobre a assistência social, incorporando elementos que intensificam ou contribuem para gerar situações de desproteções - como é o caso do racismo.



Por muito tempo, a política de assistência social foi (e até hoje ainda é, em algumas situações) concebida apenas enquanto provisão material/benefícios, desconsiderando a potencialidade de se trabalhar questões que interpelam a vida cotidiana da população usuária, como o racismo, machismo, LGBTIfobia, discriminação de classe, xenofobia etc.

Pelo fato de a população negra se encontrar entre os maiores índices relacionados à falta de renda, às piores condições de trabalho, ao não acesso à educação; por também liderar o ranking de vítimas de violência, seja pelos jovens negros assassinados violentamente, ou pelas inúmeras situações de violência e de feminicídio que atingem as mulheres negras, é tarefa de qualquer política pública compromissada com a vida humana enfrentar essa situação.

Nesse sentido, por ainda existir um abismo social imensurável para a população negra e esta se encontrar entre os piores indicadores sociais, se torna uma tarefa urgente da assistência social também contribuir no combate ao racismo.

Exemplo dessa necessidade é o fato de o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) ter lançado uma campanha, em dezembro de 2017, intitulada “Suas contra o racismo”, por entender que a população que mais chega à assistência social é a negra, e que os/as profissionais precisam ter esse olhar cuidadoso de combate ao racismo.

Nesse sentido, além das ações desenvolvidas ao longo do ano no grupo das famílias atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), quando foram debatidas questões que faziam a reflexão étnico-racial, foi desenvolvida a Ação Comunitária para demarcar a importância do Dia da Consciência Negra e a necessidade da discussão acerca desta temática racial.

Thaís Felipe Silva dos Santos – São Paulo (SP)

Em 2017, fomos convocadas para compor a Comissão de Avaliação de Fenótipo do Certame para o provimento de cargos vagos de escreventes técnico-judiciário do Concurso do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que previu, pela primeira vez, reserva de vagas para negros e negras.

A Comissão de Avaliação foi composta por um juiz, um médico e um assistente social do quadro do Tribunal de Justiça. São amplamente conhecidas as fraudes que ocorrem no uso indevido das ações afirmativas e era isso que o TJSP queria evitar.

Deliberamos que era necessário fazer um acolhimento a quem tinha se candidatado, com perguntas básicas para promoção da interação da pessoa e ambientá-la, ainda que minimamente, no espaço do tribunal. Participaram da etapa mais de setecentas pessoas, mas nem todos/as eram pretos/as ou pardos/as, de acordo com os critérios do IBGE utilizados para o enquadramento nas ações afirmativas.

Na breve entrevista com os/as candidatos/as, emergiram expressões da

questão social ligadas ao racismo, à desigualdade, à miséria, à moradia em bairros periféricos e aos dissabores oriundos de uma sociedade racista, que fez da cor da pele um marco para a exclusão social.

Destacamos:

- A participação de pessoas de diversas partes do país (Amazonas, Sergipe Minas Gerais, Paraná, dentre outros) demonstra a falta de perspectiva para o trabalho e denuncia a complexa realidade de seu local de moradia atravessada pelo racismo;
- Apesar de se tratar de um cargo que prevê ensino médio, da maioria dos/as candidatos/as que se autodeclarou preto/a ou pardo/a, muitos/as possuíam curso superior e até mesmo pós-graduações, mas que foram alijadas do mercado de trabalho pela cor de sua pele. O fenótipo torna certos espaços de trabalho inacessíveis, por mais qualificado/a que se possa ser.

Assim, a avaliação de fenótipo nos colocou em contato com a realidade dos sujeitos inscritos nesta condição. A permanência literalmente frente a esse sujeito, com bases teórico-metodológicas do Serviço Social, nos possibilita apreender muito mais que o tom da pele e os caracteres aparentes; nos permite fazer mediações sócio-históricas que caracterizam a singularidade dos indivíduos atravessados pela questão racial.

Veronica Carolina da Silva Janini – Diadema (SP)

Sou assistente social da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/Diadema) há 10 anos. Após conclusão de curso de extensão “Reflexões sobre Racismo e Saúde Mental”, promovido pela universidade para a equipe de funcionários/as em 2017, em especial para as pessoas que trabalhavam com questões relacionadas à permanência e assistência estudantil, realizamos uma proposta de intervenção em cada campus da universidade.

No campus de Diadema, foi realizada a atividade “Roda de Conversa sobre Racismo, Afeto e Caminhos da Cura”, em parceria com representações sociais e culturais do município, em especial Márcia Damasceno, Lilia Reis e Veronica Vassalo. A ideia foi promover o diálogo e a interação entre a comunidade acadêmica e a cidade, aproximando as lutas e estratégias contra o racismo, e fortalecendo negros e negras nestes espaços.

Contamos com a exibição de dois curtas-metragens e diálogo com seus diretores: Thiago Fernandes, com o curta “Boa Aparência”, e Valtinho Rege, com “Preto no Branco”. Além disso, ocorreu também um sarau e uma feira de afroempreendedorismo.

Organizamos uma roda de conversa entre estudantes negros/as, contando com a presença de discentes de países africanos, que realizavam a graduação por meio de um programa específico. Foi possível compartilhar suas trajetórias, experiências e conquistas. A atividade foi bastante



enriquecedora para os/as presentes, potencializadora e fortalecedora, enaltecendo a cultura e a potência afro-brasileira.

As ações tiveram como objetivo aprofundar o debate sobre as questões étnico-raciais no contexto das ações afirmativas e de permanência estudantil, além de colaborar com a superação das situações que envolvem práticas racistas no contexto universitário. Desde então, ações pontuais de centros acadêmicos, projetos de extensão e coletivos vêm sendo desenvolvidas com a temática.

Verônica Furtado Monteiro – Maracanaú (CE)

Sou assistente social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) do município de Maracanaú (CE). Desde 2015, desenvolvemos um projeto chamado CineCreas, por meio do qual exibíamos



um curta e convidávamos um/a profissional externo/a com conhecimento e destaque no trabalho com a temática que seria abordada.

No mês de novembro, o tema foi Igualdade Racial, sobre o qual iniciamos uma série de discussões referentes ao enfrentamento/combate ao racismo. O público-alvo deste encontro inicial foram os/as profissionais da rede socioassistencial do município. O CineCreas contribuiu ricamente para uma série de reflexões sobre temáticas relevantes e caras à nossa profissão, como o enfrentamento à homofobia, à violência doméstica, ao abuso sexual de crianças e adolescentes, entre outras. O projeto referido aconteceu de forma sistemática durante os anos 2015-2017; depois disso, aconteceu com periodicidade menor.



O material reunido nesta publicação pretende ser uma espécie de registro histórico para assistentes sociais das presentes e futuras gerações sobre uma das ações mais relevantes das gestões 2017-2020 do Conjunto CFESS-CRESS: a campanha **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo**.

Sempre dissemos que se tratava de algo muito mais forte do que uma campanha. Seu ponto de partida é incontestável: a existência e reprodução, em grande escala, do racismo estrutural no Brasil, que se expressa em muitas e diferentes dimensões. Caracterizando-se como parte das vivências associadas às expressões da “questão social” no país, o racismo precisa ser discutido, refletido e, sobretudo, combatido – nunca negado, pois, negar sua existência significa aceitar a ideologia do embranquecimento propagada pela burguesia e desconsiderar a luta de resistência do povo negro.

Não conseguimos, nesse imediato momento de encerramento da campanha, dimensionar o quanto essa ampliação do debate da questão étnico-racial na formação profissional vai impactar na cultura profissional e organizativa das futuras gerações de assistentes sociais brasileiros(as), consolidando as práticas antirracistas vinculadas ao trabalho profissional. Entretanto, não temos dúvida de que no futuro, como agora, a classe trabalhadora no Brasil continuará tendo cor e reconhecer esse fato, através de suas expressões no racismo institucional, requer da categoria que a dimensão racial das demandas associadas aos serviços que prestamos seja visibilizada.

www.servicosocialcontraracismo.com.br :: www.cfess.org.br



ISBN: 978-65-86322-02-6

